

DIÁLOGO GLOBAL ^{5.1}

4 edições por ano em 15 idiomas

Charlie Hebdo **Boaventura de Sousa Santos**

Dois caminhos para a sociologia pública **Nira Yuval-Davis**

Uma vida de engajamento crítico **Issa Shivji**

Capitalismo vs. justiça climática **Herbert Docena**

Praticando sociologia pública **Ariane Hanemaayer e Christopher Schneider**

Simpósio Global:

- > **Protesto em assentamentos informais**
- > **Mudança nos padrões de trabalho na França**
- > **Sociologia indonésia**

REVISTA



VOLUME 5 / EDIÇÃO 1 / MARÇO 2015
<http://isa-global-dialogue.net>

DG

International
Sociological
Association



> Editorial

Esta edição da *Diálogo Global* abre com as reflexões de Boaventura de Sousa Santos sobre os terríveis assassinatos dos cartunistas de Charlie Hebdo. Se alguma vez houve uma série de eventos que clamasse por análise sociológica, então esses são eles – considerando a razão dos assassinatos, sua natureza, o impacto das charges, a resposta do Estado e o apoio público suscitado. O que aprendemos é que “a liberdade de expressão” é menos um dado e mais um terreno de contestação, e o mesmo se aplica ao significado de “muçulmano” e “terrorista” – para uns, terroristas, para outros, combatentes da liberdade. Acima de tudo, como Boaventura tão habilmente o faz, é necessário ter uma perspectiva global. Temos que observar os eventos no contexto dos regimes de violência e extremismo que estão varrendo o mundo, muito dos quais perpetrados pelos próprios Estados-nações, algo que vem recebendo muito pouca atenção.

Os assassinatos clamam por análise sociológica, mas os sociólogos estão quietos, temendo pisar nesse terreno traiçoeiro, receando tornarem-se sociólogos públicos. Isso pode, na verdade, ser algo perigoso. Lutando com essas questões, Nira Yuval-Davis aponta dois caminhos para a sociologia pública: um caminho, o do sociólogo no exílio que ocupa posições das margens; o outro, o do sociólogo – como famoso sociólogo israelense Baruch Kimmerling – que avoca questões de dentro do centro de Israel, mas tornando-se cada vez mais crítico. Enfrentando um conjunto muito diferente de desafios na África, o retrato de Issa Shivji revela um acadêmico ativista, intransigente em sua crítica ao estado da Tanzânia e na defesa pública da autonomia universitária.

A sociologia pública não é necessariamente perigosa, mas algo simplesmente complexo e urgente. Herbert Docena tem seguido sucessivas Conferências das Nações Unidas sobre as alterações climáticas. Observando as desanimantes negociações que não dão em nada, ele foca nos crescentes movimentos anticapitalistas que exigem intervenções mais drásticas. Por fim, uma importante sociologia pública pode ser feita localmente, como Ariane Hanemaayer e Christopher Schneider demonstram com suas *coffee house meetings*, que trazem a universidade para o público, abrindo suas salas de aula e levando o público para dentro da universidade.

Esta edição da *Diálogo Global* também contém três simpósios. Temos uma coleção de ensaios sobre assentamentos urbanos informais e despejos no Chile, Uruguai, Colômbia, África do Sul e Zâmbia. Apesar da violência desmedida contra os habitantes, o protesto continua – não explosões espontâneas, mas ações politicamente organizadas, às vezes bem sucedidas, mas mais frequentemente não. Nós também mostramos a sociologia da Indonésia, com cinco ensaios sobre o novo regime democrático que está moldando os legados religiosos, educativos, trabalhistas e de mobilidade social. Por fim, temos três ensaios da França, com foco em novos padrões de trabalho – laboratórios de fabricação ultramoderna, adaptação dos locais de trabalho às doenças crônicas e uma prefiguração da “sociedade multi-ativa”, que dissolve a distinção entre o trabalho assalariado, o trabalho não remunerado e



Boaventura de Sousa Santos, jurista e sociólogo português reconhecido mundialmente, adota uma perspectiva global sobre os assassinatos dos cartunistas do Charlie Hebdo.



Nira Yuval-Davis, notável socióloga de gênero e direitos humanos tem uma conversa interna com o famoso sociólogo israelense Baruch Kimmerling sobre os diferentes caminhos para a sociologia pública.



Issa Shivji, crítico de esquerda da Tanzânia de longa data e amplamente conhecido, é entrevistado por um de seus estudantes sobre o papel da universidade na África.



A *Diálogo Global* é possível graças à generosa contribuição da SAGE Publications.

- > **A *Diálogo Global* pode ser encontrada em 15 idiomas no [website da ISA](#)**
- > **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Renata Barreto Preturlan, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Rafael de Souza, Benno Alves.

Colômbia:

María José Álvarez Rivadulla, Sebastián Villamizar Santamaría, Andrés Castro Araújo, Katherine Gaitán Santamaría.

Índia:

Ishwar Modi, Rashmi Jain, Pragya Sharma, Jyoti Sidana, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Mitra Daneshvar, Faezeh Khajehzadeh.

Japão:

Satomi Yamamoto, Hikari Kubota, Takazumi Okada, Fuma Sekiguchi, Kazuki Uyeyama.

Casaquistão:

Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Gulim Dossanova, Julduz Battalova, Almagul Nurusheva, Daurenbek Kuleimenov, Elmira Otra.

Polônia:

Jakub Barszczewski, Martyna Dolores, Mariusz Finkielstein, Weronika Gawarska, Krzysztof Gubański, Kinga Jakiela, Justyna Kościńska, Przemysław Marcowski, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska, Adam Müller, Zofia Penza, Anna Wandzel, Justyna Zielińska.

Romênia:

Cosima Rughiniș, Ileana-Cinziana Surdu, Corina Brăgaru, Telegdy Balazs, Adriana Bondor, Ramona Cantaragiu, Ruxandra Iordache, Mihai Bogdan Marian, Angelica Marinescu, Monica Nădrag, Mădălin-Bogdan Rapan, Alina Stan, Elisabeta Toma, Elena Tudor, Cristian Constantin Vereș.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Gül Corbacioglu, Irmak Evren.

Consultores de mídia: Gustavo Taniguti, José Reguera.

Consultora Editorial: Ana Villarreal.

> Nesta Edição

Editorial: Sobre ser um sociólogo público	2
<i>Charlie Hebdo</i> : Alguns dilemas difíceis Por Boaventura de Sousa Santos, Portugal	4
Dois caminhos para a sociologia pública Por Nira Yuval-Davis, Reino Unido	7
Uma vida de engajamento crítico: entrevista com Issa Shivji Por Sabatho Nyamsenda, Tanzânia	10
Capitalismo vs. Justiça climática Por Herbert Docena, Filipinas e EUA	13
Praticando sociologia pública Por Ariane Hanemaayer e Christopher J. Schneider, Canadá	16

> PROTESTO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS

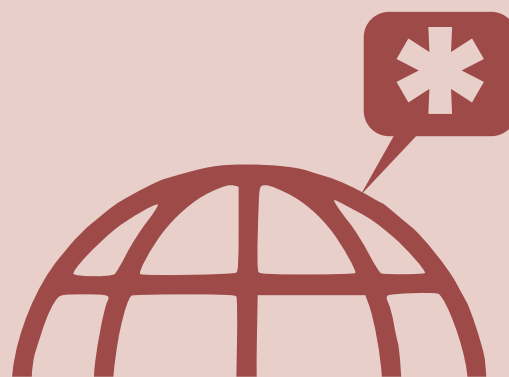
Re-reivindicando o direito à cidade: mobilização popular no Chile Por Simón Escoffier, UK	18
Posseiros e política no Uruguai Por María José Álvarez Rivadulla, Colômbia	20
O crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Brasil Por Cibele Rizek and André Dal'Bó, Brasil	22
Protestos de pobres na África do Sul Por Prishani Naidoo, África do Sul	24
Zâmbia: remoções e ausência de movimentos sociais Por Singumbe Muyebe, África do Sul	26

> MUDANÇA NOS PADRÕES DE TRABALHO NA FRANÇA

<i>Fablabs</i> e <i>Hackerspaces</i> : uma nova cultura em formação Por Isabelle Berrebi-Hoffmann, Marie-Christine Bureau, e Michel Lallement, França	28
Em busca da igualdade de gênero em uma "sociedade multi-ativa" Por Bernard Fusulier, Belgium, e Chantal Nicole-Drancourt, França	30
Negociando doenças crônicas no trabalho Por Anne-Marie Waser, Dominique Lhuillier, Frédéric Brugeilles, Pierre Lénel, Guillaume Huez, Joëlle Mezza, e Cathy Hermand, França	32

> SOCIOLOGIA NA INDONÉSIA

Comemorando a democracia na Indonésia Por Lucia Ratih Kusumadewi, Indonésia	34
Tornando o Ensino Superior indonésio corporativo Por Kamanto Sunarto, Indonésia	36
Movimentos trabalhistas e políticas para a classe trabalhadora na Indonésia Por Hari Nugroho, Indonésia	38
Quando a religião se torna identidade legal Por Antonius Cahyadi, Indonésia	40
Estimulando a mobilidade ascendente na Indonésia Por Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Indonésia	42



> Charlie Hebdo

Alguns dilemas difíceis

Por **Boaventura de Sousa Santos**, Universidade de Coimbra, Portugal, e membro do Comitê do Programa do Congresso Mundial da ISA, 2014



Líderes mundiais marcham juntos em um comício realizado em Paris, para homenagear as vítimas dos assassinatos de Charlie Hebdo.

A natureza hedionda do crime contra os jornalistas e cartunistas de Charlie Hebdo torna extremamente difícil oferecer uma análise serena acerca do que esteve implicado nesse ato bárbaro, seu contexto e precedentes, bem como seu impacto e repercussões futuras. Ainda assim, uma análise parece ser urgentemente necessária, para que nós não aticemos ainda mais as chamas de um incêndio que qualquer dia destes pode muito bem alcançar as escolas de nossos filhos, nossas casas, institu-

ições e nossas consciências. Seguem, então, alguns pensamentos visando tal análise.

> Violência e democracia

Não se pode estabelecer uma conexão direta entre a tragédia de *Charlie Hebdo* e a luta contra o terrorismo travada pelos EUA e seus aliados desde 11 de setembro de 2001. É um fato conhecido, no entanto, que a extrema agressividade do Ocidente tem causado a morte de muitos milhares de civis inocentes (em sua maioria, muçulma-
>>>

nos) e infligido níveis surpreendentes de violência e tortura sobre jovens muçulmanos, contra os quais todas as suspeitas de irregularidades são especulações, na melhor das hipóteses, como atesta um relatório recentemente apresentado ao Congresso dos EUA. Também é sabido que muitos jovens radicais islâmicos afirmam que sua radicalização decorre de uma raiva a toda aquela violência reprimida. Em vista disso, devemos parar um pouco e considerar se o melhor caminho para trazer a espiral de violência abaixo é prosseguindo com as mesmas políticas que ocasionaram ela, como agora se tornou bastante evidente. A resposta francesa ao ataque era a da suspensão democrática e da normalidade constitucional, mediante um estado de sítio não declarado. Isso supôs que esse tipo de criminoso deveria ser morto a tiros em vez de preso e levado à justiça, e que tal comportamento em nada contradiria os valores ocidentais. Entramos em uma fase de uma guerra civil de baixa intensidade. Quem na Europa ganha com isso? Certamente, não é o partido Podemos da Espanha, tampouco o Syriza na Grécia.

> Liberdade de expressão

A liberdade de se expressar é um bem precioso; mas, também, tem seus limites, e a verdade é que a esmagadora maioria desses limites é imposta por aqueles que defendem a liberdade sem limites, sempre que sua própria liberdade é cerceada. Os exemplos de tais limites são inúmeros: na Inglaterra, um manifestante pode ser preso por dizer que David Cameron tem sangue nas mãos; na França, as mulheres islâmicas não estão autorizadas a usar o hijab; em 2008, o cartunista Siné (Maurice Sinet) foi demitido da *Charlie Hebdo* por escrever um artigo supostamente anti-semita. O que tudo isso significa é que os limites existem sim, mas eles variam de acordo com diferentes grupos de interesse. Tome a América Latina como exemplo, onde os grandes meios de comunicação, que são controlados por famílias oligárquicas e pelo grande capital, são os primeiros a gritar por

liberdade irrestrita de expressão para que eles possam insultar os governos progressistas e se silenciar a respeito do bem que esses governos têm feito na promoção do bem-estar dos mais pobres. Parece que Charlie Hebdo não conhecia limites quando se tratava de caricaturar os muçulmanos, embora muitas de suas charges podiam ser lidas como propagandas racistas que alimentavam a onda islamofóbica e anti-imigrante, que agora paira sobre a França e a Europa em geral. Além de muitas charges em que o Profeta é mostrado em poses indecentes, uma em especial foi bastante explorada pela extrema direita. Ela mostrava um grupo de mulheres muçulmanas grávidas representadas como sendo as escravas sexuais de Boko Haram, suas mãos descansavam sobre as barrigas inchadas, e gritavam: “Tirem as mãos de nossos benefícios sociais”. De um só golpe, a charge estigmatizava o islã, as mulheres e o estado de bem-estar social. Como era de se esperar, ao longo dos anos, a maior comunidade muçulmana na Europa viu essa linha editorial como ofensiva. Por outro lado, no entanto, sua condenação ao crime bárbaro em Paris foi imediata. Devemos, portanto, refletir sobre as contradições e assimetrias dos valores vigentes que alguns de nós acreditamos serem universais.

> Tolerância e “valores ocidentais”

O contexto do crime é dominado por duas correntes de opinião, nenhuma delas propícia para a construção de uma Europa intercultural e inclusiva. A mais radical das duas é abertamente islamofóbica e anti-imigrante. Esta é composta por radicais da extrema-direita em toda a Europa e também pela direita, onde quer que ela se sinta ameaçada nas próximas eleições (como foi o caso de Antonis Samaras, da Grécia). Para essa corrente de pensamento, os inimigos da civilização europeia estão entre “nós” – eles nos odeiam, empunham nossos passaportes, e a situação não pode ser resolvida a menos que eles sejam eliminados. As conotações anti-imigrantes

são inconfundíveis. Outra corrente é a da tolerância. Essas pessoas são muito diferentes de nós, são um fardo na verdade, mas temos de “aturá-las”, pois, pelo menos, elas são úteis; devemos fazê-lo, no entanto, somente se elas se comportarem moderadamente e assimilar nossos valores.

Mas o que são os “valores ocidentais”? Depois de muitos séculos de atrocidades cometidas em nome de tais valores, dentro e fora da Europa – desde a violência colonial até as duas guerras mundiais –, um grau de cautela e muita reflexão são necessárias para pensar o que são esses valores e também por que, dependendo do contexto, uns ou outros tendem a prevalecer. Por exemplo, ninguém questiona o valor da liberdade, mas o mesmo não pode ser dito para a igualdade e a fraternidade, dois valores subjacentes ao estado de bem-estar que prevaleceu na Europa democrática após a Segunda Guerra Mundial. Nos últimos anos, no entanto, a proteção social – que foi usada para garantir elevados níveis de integração social – começou a ser questionada por políticos conservadores e, agora, é vista por partidos governantes, sejam eles de centro-esquerda ou de centro-direita, como um luxo inacessível. Ora, a crise social causada pela erosão da proteção social e pelo aumento do desemprego, especialmente entre os mais jovens, não funcionaria como combustível para as chamadas do radicalismo, encontradas entre as gerações mais jovens, sobretudo entre aqueles que, para além do desemprego, são vítimas também de discriminação étnica e religiosa?

> Um choque dos fanatismos, não das civilizações

O que nós estamos enfrentando agora não é um choque de civilizações, porque as civilizações cristãs e islâmicas compartilham das mesmas raízes. O que temos diante de nós é um choque de fanatismos, mesmo que alguns desses estejam muito próximos de nós para serem reconhecidos como tais. A história mostra que os fanatismos e o modo pelo qual eles



se colidem sempre estiveram relacionados aos interesses econômicos e políticos das elites. E eles nunca foram benéficos para as classes populares, que sempre carregaram o peso de tais confrontos como soldados de infantaria. Esse é o caso, na Europa e em suas áreas de influência, das Cruzadas e da Inquisição, da evangelização das populações coloniais, das guerras religiosas e do conflito na Irlanda do Norte. Fora da Europa, uma religião tão pacífica como o budismo legitimou o massacre de milhares de tâmeis, minoria do Sri Lanka; em 2003, os fundamentalistas hindus também abateram populações muçulmanas de Gujarat, e a probabilidade da sua ascensão ao poder, como resultado da recente vitória do presidente Modi, faz todos temerem pelo pior; é também em nome da religião que Israel está continuando com sua impune limpeza étnica na Palestina, e também que o chamado Emirado Islâmico está massacrando populações muçulmanas na Síria e no Iraque. Poderíamos dizer que a defesa de um secularismo desenfreado na Europa intercultural, onde muitas pessoas não se identificam com esse valor em particular, é em si uma forma de extremismo? Os extremismos opõem-se uns aos outros? Eles estão interligados? Que relações existem entre os jihadistas e os serviços

secretos ocidentais? Como é possível que os jihadistas do Emirado Islâmico, que agora são vistos como terroristas, eram tidos como combatentes da liberdade, quando ainda estavam lutando contra Kadhafi e Assad? Como é que o Emirado Islâmico é financiado pela Arábia Saudita, Qatar, Kuwait e Turquia, todos aliados do Ocidente? Dito isso, a verdade é que, ao longo da última década, pelo menos, a esmagadora maioria das vítimas de todos os fanatismos (incluindo, aqui, o fanatismo islâmico) pertencia a populações muçulmanas não-fanáticas.

> O valor da vida humana

A absoluta e incondicional repulsa experimentada pelos europeus em face dessas mortes nos deve fazer perguntar por que eles não sentem o mesmo tipo de repulsa quando estão diante de um número semelhante de mortes – senão muito maior – de inocentes causadas por conflitos que, no fundo, pode ter algo a ver com a tragédia de Charlie Hebdo. Naquele mesmo dia, 37 jovens foram mortos em um ataque à bomba no lêmen. No verão passado, a invasão israelense causou a morte de 2.000 palestinos, entre eles 1.500 civis e 500 crianças. No México, 102 jornalistas foram assassinados desde 2000 por se manifestarem a fa-

vor da liberdade de imprensa, e, em novembro de 2014, 43 jovens manifestantes foram mortos em Ayotzina-pa, também no México. Certamente, a diferença nessas reações não pode basear-se na noção de que a vida dos europeus brancos, que vêm de uma cultura cristã, vale mais do que a vida de não-europeus ou de europeus de outra cor, cuja cultura tem origem nas diferentes religiões ou em outras regiões. Será que isso ocorre porque os últimos vivem a certa distância dos europeus e são menos familiares a eles? Por outro lado, a prescrição cristã de amar ao próximo prevê tais distinções? Será que é porque os grandes meios de comunicação e os líderes políticos do Ocidente tendem a banalizar o sofrimento infligido sobre os outros, ou até mesmo a demonizá-los, até o ponto de fazer-nos acreditar que eles mereceram? ■

Contato com Boaventura de Sousa Santos
<bsantos@ces.uc.pt>

> Dois Caminhos para a sociologia pública

Por **Nira Yuval-Davis**, Universidade de East London, Reino Unido, Presidente do Comitê de Pesquisa sobre Racismo, Nacionalismo e Relações Étnicas (RC05) da Associação Internacional de Sociologia (2002-2006) e membro do Comitê de Programação do Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia em Durban, 2006



Nira Yuval-Davis, dissidente israelense, tem sido uma defensora de longa data dos direitos humanos: membro fundadora das Mulheres contra o Fundamentalismo (Women Against Fundamentalism) e da rede internacional de pesquisa Mulheres em Zonas de Conflito Militarizadas, consultora de diferentes divisões da Organização das Nações Unidas e de várias ONGs, incluindo a Anistia Internacional. Conhecida internacionalmente por suas pesquisas sobre gênero, racismo e fundamentalismo religioso, seus livros incluem *Racialized Boundaries*, *Gender and Nation*, *The Politics of Belonging* e *Women against Fundamentalism*. É diretora do Centro de Pesquisa sobre Migração, Refugiados e Pertencimento na Universidade de East London. Neste ensaio, ela desenvolve uma conversa interna com o renomado sociólogo israelense, hoje falecido, Baruch Kimmerling, sobre os diferentes caminhos para a sociologia pública.

Baruch Kimmerling, que sofreu ao longo de toda a sua vida de paralisia cerebral e chegou a Israel como refugiado vindo da Romênia depois de 1948, foi um dos mais importantes e conhecidos sociólogos de Israel, em parte por causa de suas frequentes intervenções na imprensa.

Baruch e eu éramos amigos desde que estudamos juntos na graduação na Universidade Hebraica, onde ele permaneceu por toda sua vida; eu saí após completar meu mestrado em 1969, indo primeiro para os Estados Unidos e depois para o Reino Unido. Quando jovens pesquisadores, nós dois nos rebelamos contra Shmuel Eisenstadt (que dominou a sociologia israelense por quase 40 anos), mas divergimos em nossas abordagens sociológicas e, por muitos anos, também politicamente. Quando tinha os meus vinte anos, aderi radicalmente a análises não-sionistas e, logo, antis-sionistas da sociedade e do Estado israelenses. Depois de muitos anos e de estudar sistematicamente o conflito e as sociedades de Israel e Palestina, Baruch chegou a conclusões similares – ainda que continuasse a se considerar um sionista. Ele desenvolveu aspectos importantes desse campo da sociologia, enquanto eu peguei um outro caminho em direção ao que poderia ser sintetizado como política interseccional do pertencimento.

Quando Baruch morreu, em 2007, fui um dos cientistas sociais israelenses, palestinos e internacionais convidados para fazer apresentações em uma conferência memorial. Falei sobre a ansiedade existencial dos israelenses – especialmente aqueles que Baruch chamava “os Akhusalim”, sionistas asquenazes, seculares e trabalhistas que foram hegemônicos no movimento sionista ao longo da maior parte do século XX. Relacionei essa ansiedade existencial a uma série de fatores endêmicos, alguns deles comuns a várias minorias hegemônicas envolvidas em projetos coloniais; outros comuns em “sociedades neoliberais de risco”; e outros mais específicos de Israel, vinculados a seu caráter de sociedade em guerra permanente, bem como à ascensão do judaísmo messiânico e fundamentalista que ameaça minar o regime quase secular do país.



Para meu espanto, o que eu disse foi, em geral, bem recebido – muito diferente da maneira como minhas análises foram recebidas no passado. (Entretanto, ainda que as comunicações radicais apresentadas não tenham sido desafiadas na conferência, o volume com os artigos apresentados segue sem ser publicado, depois de cinco anos, aparentemente por causa de resistências no interior do Instituto Van Leer, que se- diou a conferência.)

Eu gostaria de especialmente recomendar a autobiografia de Baruch¹, que foi escrita com suas costumeiras argúcia e honestidade intelectual, e que também acrescentará à compreensão dos leitores sobre o conflito israel-palestino. Todavia, ela também levanta questões importantes no que se refere à sociologia pública. Limitar-me-ei aqui a duas dessas questões.

> Sociologia pública e profissional

Baruch afirmou separar completamente seu trabalho jornalístico público de seu trabalho acadêmico profissional, uma diferenciação derivada de sua crença weberiana naquilo que Donna Haraway chamou “o truque divino de ver tudo de lugar nenhum”. Ao contrário, eu defendo o conhecimento e a imaginação situados, seguindo a maioria das teóricas feministas e outras tradições radicais, nas sociologias do conhecimento, marxista e antirracista. Não se trata de uma posição relativista, do tipo que insiste haver muitas verdades que precisam ser julgadas em seus próprios termos e, assim, não podem ser comparadas. Eu sustento que os pontos de vista de alguém (que incluem localizações sociais, identificações e sistemas normativos de valores, irreduzíveis uns aos outros mas mediados pelas experiências de vida e pelas práticas, que por sua vez não deixam de ser fluidas e contestadas sob a ação de coações estruturais e processuais particulares) afetam a forma como essa pessoa vê o mundo. Só podemos nos aproximar do conhecimento da “verdade” por meio de um processo construtivo dialógico, constituído por vários olhares situados em contextos espaciais e temporais particulares.

Meu problema com a dicotomia de Baruch entre o político e o profissional não é apenas epistemológico. Ao longo de meus anos como socióloga e ativista política, descobri que as duas formas de ação alimentam e oferecem insights críticos uma à outra. De um lado, o ativismo político de base ajuda a compreender com certa empatia outros olhares situados; de outro lado, o conhecimento acadêmico teórico e empírico ajuda a refinar e a desafiar algumas dicotomias cruas da política de identidade. Além disso, com frequência a linha entre as duas parece artificial quando consideramos por que determinados pesquisadores embarcam em determinados projetos de pesquisa e como eles disseminam suas descobertas.

As intervenções públicas de Baruch mostram o mesmo padrão de preocupações sobrepostas e *insights* mútuos, a



Baruch Kimmerling, nasceu em 1939, filho de uma mãe húngara e pai romeno. Depois de escapar do Ho-locausto, a família de Baruch migrou para Israel, onde ele cresceu. Ele estudou

sociologia na Universidade Hebraica de Jerusalém, onde pesquisou e ensinou maior parte de sua vida adulta. Após o bombardeio de sua cafeteria em 1969, se dedicou a estudar as raízes, a história e as atualidades do conflito israelense-palestino, desenvolvendo uma abordagem em desacordo com a narrativa oficial israelense. Como um crítico das políticas israelenses ele era submetido a uma ampla e dura recriminação. Através de seus escritos e ensinamentos ele tentou influenciar a opinião pública israelense em favor de um verdadeiro Estado democrático que aceita todos os seus cidadãos, sem discriminação, denunciou a agressividade militar e estimulou a paz por meio do compromisso e abordagens humanitárias. Baruch Kimmerling morreu em 2007, fiel aos seus valores e idéias, e muito preocupado com o futuro de Israel. Seus livros incluem o sionismo e Território: *The Socioterritorial Dimensions of Zionist Politics* (1983), *The Invention and Decline of Israeliness: State, Culture and Military in Israel* (2001); *Politicide: Sharon's War Against the Palestinians* (2003).

começar pelo momento em que ele decidiu estudar o conflito israel-palestino, logo após o atentado a bomba na cantina do campus de sua universidade, em 1969. Eu duvido muito da opinião de Baruch de que a intuição foi menos importante em seu trabalho “científico” do que em sua atuação política. Conforme o próprio Baruch notou a respeito da teoria da mudança paradigmática de Kuhn, toda coleta de dados envolve elementos de seletividade. Ainda assim, tenho simpatia por sua frustração com o fato de que as pessoas julgavam seu trabalho sociológico depois de ler apenas seus curtos artigos públicos.

Mas os cambiantes paradigmas epistemológicos de Baruch e sua compreensão das sociedades israelense e palestina levantam uma segunda questão, relacionada com a afirmação de que sua posição de “marginal no centro” era tanto uma precondição quanto a própria forma de sua sociologia pública.

> O papel da localização social na sociologia pública

À sua maneira íntegra, reflexiva e honesta, Baruch descreve seu primeiro artigo no jornal mais antigo de Israel, *Ha'aretz*, como um ataque completo e extremo ao livro *The Arabs in Israel*, de Sabri Jiri. Muito mais tarde, Baruch se deu conta não apenas de que Sabri tinha razão, mas também de que, sem acesso a fontes arquivísticas, Sabri tinha subestimado a escala e os meios fraudulentos pelos quais os palestinos israelenses foram controlados e tiveram suas terras confiscadas. Baruch notou ter passado por uma mudança similar em relação ao livro *Arabs in the Jewish State*, de Ian Lustick, que ele mais tarde, com justiça, veio a cobrir de elogios. (Ainda que ele não mencione em sua autobiografia, quando meu livro coeditado *Israel and the Palestinians* foi publicado, em 1975, ele me escreveu como um amigo preocupado, recomendando que eu evitasse incluir o livro em meu currículo. Muitos dos artigos, incluindo o meu, aproximam-se bastante dos escritos tardios de Baruch).

Com o passar dos anos, Baruch reconsiderou sua compreensão das sociedades e dos conflitos de Israel e Palestina; tornou-se um magnífico sociólogo público, cujos escritos influenciaram de forma importante a opinião mais abrangente em Israel. Minha própria compreensão de vários problemas também cresceu e se transformou com os anos; espero que, como Baruch, isso possa continuar até minha morte. No entanto, eu gostaria de discutir duas de suas afirmações.

Primeiro, Baruch sugere que desenvolveu sua nova perspectiva por conta própria, pouco influenciado pelos trabalhos de outros, que ele leu, e com os quais – com alguns deles – debateu longamente. Essa construção não-dialógica de si mesmo e do conhecimento parece representar muito mal o processo de conhecimento e a formação da atitude individual. Ironicamente, ela solapa a razão de ser da sociologia pública, que tem por objetivo apresentar análises e fatos alternativos.

Segundo, Baruch afirma que conseguiu se tornar um sociólogo público porque, à diferença dos demais sociólogos, que se encontram à margem, ele recebeu confiança como se fosse “um de nós”. Em outras palavras, tinha “legitimi-

dade” aos olhos das elites. Baruch sugere que isso permitiu que seus trabalhos fossem publicados na imprensa israelense *mainstream* (o que é incontestável), enquanto outros com uma análise similar (por exemplo, os membros da organização socialista radical e antissionista Matzpen) eram menos visíveis na arena pública porque suas perspectivas eram consideradas ilegítimas. Essa legitimidade, ele sustentava, é uma pré-condição para ser efetivamente um sociólogo público.

Baruch sugere que sua eventual aceitação como “um deles” veio, em parte, de seus ataques a livros como os de Jiri e Lustick – do repúdio de análises que ele veio mais tarde passar a respeitar. Mas essa visão deixa-nos com um problema teórico e político de primeira grandeza: deve-se primeiro “provar” ser um membro confiável da coletividade antes de acumular o capital social necessário para ser efetivo? E se tal processo de acumulação inclui minar, de partida, a própria causa de que alguém se torna mais tarde defensor? ²

Não há uma resposta fácil para essa questão. Em face do estado atual da sociedade e da política israelense – bem como de outras partes da região e do mundo como um todo – eu muitas vezes sinto-me perto do desespero, ainda que tente me agarrar à política da esperança de Gramsci, otimismo da vontade e pessimismo do intelecto. Apesar de ter começado no centro, e não nas margens, Baruch também acabou se sentindo frustrado e deprimido. Eu adoraria ouvir de outros leitores da Diálogo Global sobre onde eles sentem que os sociólogos públicos, bem como outros intelectuais públicos, devem se localizar para conseguirem ser efetivos. ■

Contato com Nira Yuval-Davis <n.yuval-davis@uel.ac.uk>

¹ Kimmerling B. (2013) *Marginal at the Centre: The Life Story of a Public Sociologist*. New York and Oxford: Berghahn Books, traduzido por Diana Kimmerling.

² A estratégia de muitos de nós nas margens “ilegítimas” tem sido, de um lado, trabalhar como ativistas públicos em uma variedade de campanhas específicas (frequentemente impopulares) em Israel, estabelecendo diálogos e solidariedade com palestinos e árabes que defendem valores similares; de outro lado, também trabalhar com socialistas e defensores dos direitos humanos fora de Israel e do Oriente Médio com o objetivo de influenciar o apoio internacional, público e governamental, a Israel.

> Uma Vida de engajamento crítico

Entrevista com Issa Shivji



10

| Issa Shivji.

Issa Shivji é um dos maiores intelectuais públicos da África pós-colonial. Estudou Direito na Universidade de Dar es Salaam (1967-1970), e cresceu em meio a destacados acadêmicos de esquerda, como Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e John Saul. Esses acadêmicos vieram do mundo inteiro, atraídos pelo fermento intelectual formativo da universidade. Ainda como estudante, Shivji começou a desafiar as políticas socialistas do regime Ujamaa, de Julius Nyerere, o primeiro presidente da Tanzânia. Nesse período precoce, escreveu trabalhos celebrados e extensamente debatidos, como *The Silent Class Struggle*, que chamava atenção para as forças sociais que estavam politicamente (não) representadas nas novas pós-colônias da África. Depois de se formar pela *London School of Economics* e pela Universidade de Dar es Salaam, tornou-se professor de Direito, posto que nunca deixou até se aposentar em 2006. Ao longo do período, tornou-se uma figura pública dedicada à reforma agrária e ao direito

constitucional. Sobreviveu às turbulências políticas apesar de seus comentários francos sobre a virada neoliberal nos anos 1980 e sobre a corporativização da universidade. Em 2008 recebeu a Cátedra Julius Nyerere em Estudos Pan Africanos com o objetivo expresso de resgatar a universidade como um centro de debate público. O professor Shivji inspirou muitos acadêmicos mais jovens, como o professor de Ciência Política Sabatho Nyamsenda, que realizou esta entrevista. Ele também participou ativamente no Congresso Mundial da ISA em Durban, na África do Sul (2006).

SN: Sua ligação com a Universidade de Dar es Salaam (também conhecida como Mlimani ou The Hill) começou em 1967, como estudante de Direito, e depois de formado você se tornou professor na mesma universidade – posição que ocupou por 36 anos. Por que decidiu permanecer na Universidade enquanto a maioria de seus colegas progressistas foi para outras instituições?

>>

IS: É verdade, muitos dos meus camaradas se juntaram a outras instituições, inclusive ao *National Service Office*, ao Partido e até ao exército. Em retrospecto, pode soar um pouco inocente, mas a verdade é que se tratou de uma decisão coletiva dos camaradas sobre quem seria mais efetivo em qual lugar. Os camaradas pensavam, e eu concordava, que eu deveria permanecer na Universidade para fazer trabalho intelectual e ideológico progressista.

A Universidade proporcionava certo espaço para as ideias progressistas florescerem, um terreno em que a camaradagem intelectual progressista podia ser criada e sustentada. Na época, o comprometimento nacionalista generalizado, combinado com a compreensão mais profunda do sistema imperialista, ajudou a cultivar jovens acadêmicos radicais, muitos dos quais acabaram sendo professores em escolas secundárias, levando ainda mais adiante o pensamento e a prática progressistas.

Nunca me arrependi de ter trabalhado por toda a minha vida em *The Hill*.

SN: Em sua obra *Acumulação em uma Periferia Africana, você divide a experiência pós-colonial dos países africanos, em especial da Tanzânia, em três fases: a fase nacionalista (anos 1960 e 1970), a fase crítica (anos 1980) e a fase neoliberal (anos 1990 até o presente). Como essas mudanças afetaram Mlimani?*

IS: As universidades existem em um ambiente social e obviamente são afetadas por mudanças nesse ambiente. A década de 1980 foi um período extremamente crítico para o nosso país e, de fato, para o resto da África. As universidades estavam exauridas de recursos e ao mesmo tempo expostas ao incessante ataque ideológico e intelectual das prescrições neoliberais. Muitos colegas foram embora para universidades no sul do continente africano – Lesoto, Botswana, Suazilândia e, mais tarde, África do Sul e Namíbia.

Mas alguns seguraram a barra, incluindo muitos jovens acadêmicos radicais que haviam absorvido ideias progressistas durante as primeiras duas décadas de fervor nacionalista revolucionário. Eles continuaram a fazer um excelente trabalho. Por exemplo, lideraram a ala intelectual do “grande” debate constitucional de 1983-4, articulando posições antiautoritárias e antiestatistas. É claro, havia diferentes tendências; havia os que vissem democracia liberal, direitos humanos e multipartidarismo como a meta suprema e, assim, exigissem reformas essencialmente reformistas. Já uma tendência minoritária via a luta por democracia como uma escola para ações independentes de classe; eles queriam reformas *re-volucionárias*. Para dar um exemplo: os reformistas demandavam instituição imediata do sistema multipartidário, enquanto os revolucionários pediam, primeiro, separação de Partido e Estado e, segundo, um cuidadoso debate nacional acerca do período pós-indepen-

dência para planejar e construir um novo consenso nacional.

Na transição do período nacionalista para o neoliberal, *The Hill* ainda era um ninho de debates e disputas ideológicas. Isso evaporou na terceira fase, conforme o neoliberalismo se consolidou no país e a vocacionalização e corporativização da Universidade ganharam força.

SN: Em 2008, você foi indicado para a Cátedra Professoral Mwalimu Nyerere em Estudos Pan-Africanos, conhecida como Kigoda em Kishwahili. Logo depois de assumir, afirmou ser “uma honra manter vivo o legado de Nyerere”. A qual legado referia-se, dado que o Nyerere descrito em seus trabalhos se opõe veementemente ao marxismo e às lutas dos de baixo?

IS: Nyerere foi um nacionalista radical. Ele era um pan-africanista progressista e amplamente anti-imperialista. Para deixar claro, seu anti-imperialismo não se fundamentava na economia política radical, como o de Nkrumah. Assim mesmo, sua postura pró-povo era consistente, sua posição anti-imperialista sustentável e seu nacionalismo progressista.

Comparando-o à classe política neoliberal que o sucedeu e tendo em mente a destruição que essa classe criou em nossa sociedade, pobre daquele progressista, ou até mesmo marxista, que não quisesse evocar o legado de Nyerere e dispor dele como um recurso ideológico na luta contra a atual fase de rapina do capitalismo.

Nyerere não era um marxista e não queria se passar por um. O próprio Marx, quando confrontado com o marxismo vulgar, exclamou: “Não sou um marxista!”

Como chefe de Estado, é verdade que por vezes ele se colocou contra as lutas dos de baixo. Mas isso significa que uma pessoa progressista não deveria celebrar o seu legado progressista e tirar lições de seu caráter contraditório? Meu amigo, um(a) marxista não é um(a) purista; é político!

SN: O que você quer dizer com “o caráter contraditório” do legado de Nyerere?

IS: Não posso fazer melhor do que contar uma anedota a respeito do próprio Mwalimu. Alguns meses depois de expulsar alguns estudantes de *The Hill* por protestarem contra o Estado em 1978, ele visitou o campus. Um estudante foi corajoso o bastante para perguntá-lo algo à altura: “Mwalimu, você fala sobre democracia, mas quando nós protestamos em nome da democracia você mandou a FFU [Field Force Unit] pra bater em nós!”.

Mwalimu olhou pra ele e então respondeu: “O que você esperava? Sou o chefe de Estado; comando uma instituição que tem o monopólio da violência. Se vocês causam caos nas ruas, é claro que vou mandar a FFU. Mas isso significa



que vocês não deveriam lutar pela democracia? A democracia nunca é presenteada em uma bandeja de prata!" [não foram suas palavras exatas].

E todos nós aplaudimos. Mwalimu podia ficar com o bolo e comê-lo ao mesmo tempo!

SN: O intelectual revolucionário iraniano Ali Shariati certa vez chamou as universidades de “fortalezas fortificadas invencíveis”, cuja principal tarefa é produzir escravos intelectuais para o mundo corporativo. O Kigoda, o Programa de Estudos Pan-Africanos, conseguiu abrir os portões da “fortaleza” Mlimani e ligar seus intelectuais às massas? Se sim, como?

IS: Seria tolice de minha parte sustentar que o Kigoda conseguiu abrir os portões da “fortaleza”. Em termos althusserianos, as universidades são parte do aparato ideológico do Estado. Os intelectuais dominantes por lá são sem dúvida produtores e veículos do conhecimento dominante, que forma a base das ideologias dominantes.

Mas, pela própria natureza do processo de produção do conhecimento, vai haver conflito de ideias. Isso permite algum espaço para perspectivas diferentes das dominantes. No entanto, esses espaços não devem ser tomados como certos. Eles têm os seus limites e, em momentos críticos, até mesmo eles podem ser suprimidos. É uma luta conquistar e reconquistar continuamente esses espaços. E como todas as lutas, essas lutas intelectuais também requerem imaginação quanto a suas formas e métodos.

Isso é tudo o que Kigoda tentou fazer; nada mais. Talvez tenha conseguido causar alguma efervescência intelectual; talvez tenha ganho alguma credibilidade com os jovens intelectuais e com o povo; talvez tenha escavado tradições progressistas de *The Hill*. Até isso tem limites, que começaram a aparecer perto do final de minha carreira.

Só se pode fazer coisas a partir das circunstâncias que nos são dadas. Acho que foi E. H. Carr, seguindo Plekhanov e, antes dele, Marx, que disse que, se é verdade que os indivíduos fazem a história, eles não escolhem as circunstâncias em que a fazem.

SN: Certa vez Nyerere alertou os oprimidos contra usar o dinheiro como arma. Mas o financiamento parece ter se tornado central para os projetos intelectuais atualmente. Não se faz nenhum trabalho sem dinheiro. Até mesmo as organizações mais progressistas descobriram ser inevitável ajoelhar-se diante das agências capitalistas em troca

de dinheiro. Como Kigoda toca suas atividades?

IS: Sim, o dinheiro, e o dinheiro dos doadores, se transformou no principal motor dos projetos intelectuais. O Kigoda enfrentou o problema do financiamento, mas estabeleceu de partida alguns princípios. Primeiro, todas as despesas administrativas, incluindo os salários do chefe e de seu assistente, viriam do orçamento regular da universidade. Segundo, o Kigoda evitaria receber dinheiro de doadores estrangeiros. Terceiro, todo o financiamento recebido, fosse de instituições públicas locais, fosse de organizações africanas amigas, deveria vir sem quaisquer amarras intelectuais. E, finalmente, a agenda e as atividades do Kigoda seriam definidos exclusivamente por seu coletivo.

Não foi fácil, mas mantendo nosso orçamento modesto, apoiando-nos pesadamente em trabalho voluntário e gastando com muita prudência, nós conseguimos.

SN: Agora que se aposentou da universidade, quais projetos você está pensando em levar adiante?

IS: Quando ainda estava na universidade, juntamente com dois colegas, Saida Yahya-Othman e Ng'wanza Kamata, embarquei no projeto de escrever uma biografia definitiva de Mwalimu Nyerere, com o apoio da *Tanzania Commission for Science and Technology*. Já temos a pesquisa mais ou menos pronta – se é que se pode algum dia terminar uma pesquisa desse tipo – e começamos o processo de escrita.

Um dos resultados importantes desse projeto é o estabelecimento do *Nyerere Resource Centre* (NRC). O Centro terá uma sala de documentação onde todo o material que coletamos será guardado e disponibilizado aos pesquisadores. Organizaremos atividades no Centro, visando oferecer uma plataforma para pensamento estratégico, debates e discussões. Esperamos iniciar as atividades este ano. Tenho esperança de que o NRC seja uma base para refletirmos sobre muitos problemas candentes do país e do continente.

Sinto que o “ONGuismo” e a cultura de consultoria neoliberais, com sua ênfase nas políticas – mais “ação”, pouco pensamento – e no prognóstico prescritivo cobraram o seu preço em nosso pensamento intelectual, com o resultado de que abdicamos da análise e compreensão do mundo. Não podemos lutar por um mundo melhor sem entendermos melhor o mundo. Para tanto, precisamos de um olhar mais amplo sobre a história. Espero que o Centro contribua para reviver a cultura do pensamento holístico e de longo alcance. ■

Contato com Sabatho Nyamsenda <sany7th@yahoo.com>

> Capitalismo vs. justiça climática

Por **Herbert Docena**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA, membro do Comitê de Pesquisa sobre Movimentos trabalhistas da ISA (RC44)



Marcha popular em defesa da Mãe Natureza durante a cúpula sobre mudança climática da ONU em Lima, liderada pelos movimentos sociais de todo o mundo, exigindo “Mudar o sistema não o clima.” Foto por Herbert Docena.

em Varsóvia na cúpula das Nações Unidas, em 2013; na conferência sem precedentes dos movimentos sociais mundiais sobre a mudança climática em Cochabamba, em 2010; na cúpula de Copenhague, em 2009 – e até mesmo dentro da cúpula da ONU, pelo presidente boliviano auto-declarado socialista Evo Morales.

Como já se tornou tradicional desde 1972, quando a primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente foi realizada em Estocolmo, milhares de pessoas de todo o mundo, mais uma vez, reuniram-se para uma alternativa na “Cúpula dos Povos”, em dezembro de 2014. Eles marcharam pelas ruas de Lima (Peru), enquanto centenas de representantes do Estado se reuniam em um acampamento militar para a última *Conference of Parties* (COP), da Conferência Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

As solicitações da “Cúpula dos Povos” variaram, como de costume. Alguns balançavam cartazes coloridos, dizendo: “*Nós apelamos para uma lei séria sobre mudança climática!*”, ou “*Sem mais discursos, ação!*” – demandas que poderiam sugerir que há ou pode haver certa harmonia de interesses entre aqueles que marcham e aqueles que se reúnem na conferência oficial, a cer-

ca de 14 km de distância, e que nesta última poderia, realmente, aprovar uma “lei séria de mudança climática” sob o sistema existente.

Mas a demanda mais comum que ouvi – na verdade, uma solicitação expressa no banner central por trás de onde todos marchavam – era “mudar o sistema e não o Clima!”, junto com variações, como “Salve o planeta do capitalismo!”, e outras afirmações como “capitalistas: assassinos!” ou “COP: ninho de Predadores” – demandas que implicam que há um antagonismo fundamental entre aqueles que fazem as demandas e aqueles para os quais elas estão sendo endereçadas – os quais são incapazes de “salvar o planeta” sob o sistema existente.

Essa solicitação de “mudança do sistema” foi expressa em um número crescente de lugares em todo o mundo nos últimos anos: na grande passeata dos 400.000 em Nova York, em setembro passado; em uma menor manifestação

Sua importância em Lima foi, em parte, um reflexo do nível elevado de militância no continente onde foi realizada a conferência da ONU deste ano. Mas sua ressonância crescente para além de Lima também poderia ser um sinal de uma mudança mais ampla na consciência e nas identidades das pessoas em todo o mundo, e, com ela, de uma mudança mais profunda no balanço das forças sociais em torno da crise ecológica global. Ela indica a progressiva incapacidade do bloco dominante do mundo em exercer um de seus poderes mais pujantes: a capacidade de definir os termos e a linguagem do debate por meio da modulação de como as pessoas vêem o mundo e categorizam a si próprias.

Afinal, pelo menos desde a década de 1970, diversos grupos de funcionários públicos, executivos de empresas e outros intelectuais têm trabalhado ativamente – em diferentes e, por vezes, concorrentes maneiras – para fazer



qualquer demanda em relação à mudança do sistema algo impensável e inexprimível. E eles o têm feito elaborando e propagando visões de mundo ou ideologias que representam os grupos dominantes como os “salvadores” do planeta, cujos interesses estão em harmonia fundamental com “o povo”, e que eles são capazes de resolver a crise dentro do capitalismo.

De repente, confrontados com um aumento inesperado de movimentos ambientalistas radicais que começaram a culpar o *capitalismo* pelos problemas ambientais globais e, com efeito, a questionar sua hegemonia ou sua pretensão em promover interesses universais, eles foram forçados a se envolver em um tipo de luta, muitas vezes perdida, travada por analistas da assim chamada “mudança ambiental global”: a luta em torno de como representar e dar sentido a essa “mudança”.

Através dos aparatos de produção de conhecimento da OCDE, o Banco Mundial, a ONU e uma constelação de ONGs e outras organizações da sociedade civil global estabeleceriam ao longo das próximas duas décadas, uma tentativa de contrariar, absorver e desviar as críticas ambientalistas radicais por intermédio do desenvolvimento e da difusão de discursos, tais como “desenvolvimento sustentável” ou “modernização ecológica”, colocando a culpa pela crise ecológica em cima de uma “falha de mercado”, “interesses escusos” ou, apenas, nas indústrias de combustíveis fósseis – nunca em cima de todo o sistema –, e retratando o capital como benevolente, um “parceiro” responsável. Cotidianamente, as práticas institucionalizadas – desde as formas pelas quais eles calculam as emissões por parte dos países, em vez das classes sociais, até as formas como aliciam, em vez de punir os poluidores – têm procurado incutir nas pessoas uma visão comum: que o problema não é do sistema e que o inimigo não é o capital.

Em suma, as elites globais vêm trabalhando para formar uma cultura

global ou moldar o “senso comum” das pessoas, de modo a combater as idéias introduzidas pelos movimentos radicais e desarmar os antagonismos que eles incitam. E, em grande medida, eles conseguiram. Os que uma vez foram poderosos movimentos radicais e que, por um tempo, abalaram a hegemonia capitalista, foram empurrados para as margens a partir dos anos 1970 e 1980. Aqueles que exigiam a “mudança do sistema” foram taxados, com sucesso, como extremistas raivosos. Na verdade, tornou-se mais fácil imaginar o apocalipse do que imaginar uma “mudança do sistema”.

No entanto, em Lima e em todo o mundo, um número crescente de pessoas – incluindo a autora *best-seller* Naomi Klein, o Papa Francisco e outras figuras influentes – está, agora, de novo, relacionando explicitamente capitalismo à mudança climática, categorizando os capitalistas como “predadores” cruéis e imaginando “alternativas sistêmicas”. Tudo isso indica que as hegemonias não foram inteiramente bem sucedidas em prevenir um movimento contra-hegemônico mundial e radical de reemergentes.

Até agora, no entanto, como o resultado da conferência da ONU em Lima mostra, esse movimento ainda não é poderoso o suficiente para evitar que grupos dominantes no mundo avancem com sua “solução” preferida para a crise ecológica.

Assim como eles negam que a crise esteja intrinsecamente enraizada no sistema – e assim como funcionários e executivos menos perspicazes negam que haja uma crise e oponham-se inclusive às reformas mais frouxas –, as vanguardas do capitalismo tentam gerir a economia global a partir dos pontos de vista da OCDE, do Banco Mundial, das universidades, dos departamentos de planejamento de políticas etc. Esses líderes realmente tomaram as palavras de ordem dos ambientalistas radicais muito a sério. Eles têm trabalhado muito duramente para “mudar o sistema” – porém, de modo a mantê-lo fundamentalmente

como está.

Ameaçado pela crise ecológica e por movimentos radicais, os mais perspicazes dos intelectuais alinhados com a classe dominante têm, ao longo dos últimos 30 anos, vindo a explorar e debater sobre a melhor forma de realizar algum tipo de “gestão ambiental global”, de maneira a “planejar” ou a “regular” a exploração da natureza pelo capital.

Ao longo dos últimos cinco anos, muitos – principalmente, mas não só de países desenvolvidos – convergiram para uma abordagem comum: o da “modernização ecológica” através da *regulação neoliberal global*, “solução” que exige: 1) a criação de normas que intimem todos os governos a contribuir para a meta de reduzir as emissões totais globais, mas que, em última análise, deixa cada governo decidir se, como e qual a quantidade; e, ao mesmo tempo, 2) o manejo dos mecanismos de mercado (mercados de carbono, impostos etc.), que visam “colocar um preço sobre o carbono”, a fim de atrair o capital para a transição rumo a investimentos e tecnologias para a “baixa emissão de carbono”, e permitir-lhes, assim, encontrar soluções de “baixo custo” para alcançar seus objetivos.

Sem dúvida, os proponentes dessa solução não conseguiram ganhar completamente o consenso das elites globais. Tem havido oposição desde o Sul Global. Em parte, porque a própria capacidade deles de garantir o consentimento para suas regras em casa depende de conseguir concessões do Norte, e muitos, se não a maioria das elites governantes de países em desenvolvimento, têm feito campanha para uma modernização ecológica alternativa por meio de uma regulamentação mais *social-democrata* global. Nesta solução, os estados do mundo, atuando em conjunto como autoridade internacional, iriam definir coletivamente os limites das emissões globais e empreender políticas redistributivas, obrigando diretamente os governos a reduzirem suas emissões





*Pessoas de todo o espectro político inundaram o centro de Lima em uma das mais combativas manifestações internacionais sobre mudança climática em anos.
Foto por Herbert Docena.*

e transferir recursos aos países em desenvolvimento – em vez de confiar principalmente no funcionamento do mercado para atingir tais objetivos.

Mas, assolados por suas fraquezas e contradições internas, os governos dos países em desenvolvimento, ano após ano, têm se provado incapaz – ou sem vontade – de bloquear a solução de mercado proposta pelos países desenvolvidos e em obter apoio para suas próprias soluções globais. Em todas suas lutas amargas contra seus homólogos dos países desenvolvidos nas negociações, muitas elites dominantes do Sul, em última instância, compartilham do objetivo: transformar o sistema, de modo a mantê-lo fundamentalmente inalterado.

O resultado é que os representantes dos países desenvolvidos têm avançado em estabelecer gradualmente as bases de um novo acordo internacional sobre as mudanças climáticas – a ser assinado em Paris no próximo ano e passando a funcionar em 2020 – nos moldes da regulação neoliberal global. Mas é improvável que esse acordo puxe drasticamente as emissões a níveis que poderiam evitar uma mudança climática catastrófica ou, então, forneça recursos para lidar com seus efeitos. Estamos, portanto, movendo-nos em direção a um novo acordo que poderia abrir um caminho para o caos climático e uma nova era de barbárie.

Mas há esperança. Apesar de tudo, a habilidade do bloco dominante em

impor essa solução, em última instância, repousa sobre sua habilidade contínua de desviar a resistência – algo que, por sua vez, depende de sua habilidade contínua de representar-se enquanto “parceiros”. Isso, por sua vez, baseia-se em convencer os outros de que eles estão promovendo um interesse universal e que podem resolver a crise sob a ordem existente, o que exigiria sacrifícios materiais que o bloco hegemônico aparentemente estaria relutante ou incapaz de fazer. Tal falha por parte dos grupos dominantes mundiais em sustentar suas reivindicações hegemônicas só irá gerar mais desilusão, raiva e ansiedade, e nós já estamos vendo sinais disso nos grupos de ambientalistas moderados que “saíram em sinal de protesto” das paléstras em Lima e, também, na aceitação, cada vez mais crescente, da conclusão erigida por movimentos bem anteriores, de 1972, de que os que se encontram dentro da reunião oficial são incapazes de aprovar uma “lei séria de mudança climática”.

Todavia, se essa aparente crise hegemônica irá se traduzir em um movimento capaz de mobilizar força social necessária para combater as não-soluções das elites dominantes no que tange à mudança climática – ou seja, se a desilusão e a ansiedade irão se transformar em resistência ativa –, isso ainda não está claro. Depende muito da capacidade em negociar com destreza essa tensão que vem de longa data: entre o objetivo de trazer o máximo possível de pessoas de diversas tendências políticas para as ruas e

o de remodelar o “senso comum” e as subjetividades das mesmas. Esses dois objetivos nem sempre foram congruentes, porque forjar coalizões amplas cria pressões em apontar para o “mínimo denominador comum”, agradar às crenças que existem tomadas como certas e falar a língua do “senso comum” – uma linguagem que reforça, em vez de desafiar, as reivindicações dos dominantes. Sem transformar o senso comum, até mesmo as mais amplas coligações e as maiores manifestações podem acabar simplesmente ajudando o poderoso em seu objetivo de mudar o sistema, a fim de mantê-lo exatamente o mesmo.

O que é necessário, então, é uma estratégia que não aliene o público, mas também que não se coíba em atacar as tão profundamente arraigadas categorias, visões de mundo e visões que motivam as pessoas a lançarem sua sorte com o sistema. Isso implicaria programar “a grande marcha” depois e não antes das negociações da ONU terminarem em Paris, a fim de repudiar a ideia de que “o povo” está contando com a sabedoria e a benevolência das elites do mundo para salvar o planeta. Isso requereria questionar as “soluções progressistas” que emolduram a crise climática em termos dos estados, em vez das classes sociais, tais como as propostas para dividir a “provisão de carbono” por países. Implicaria estimular até mesmo governos progressistas e socialistas em abraçar caminhos de desenvolvimento não-extrativistas e não-dependentes de combustíveis fósseis.

Depois de ter colocado o “Mudar o sistema!” na ordem do dia, a tarefa agora é fazê-lo persuasivamente, soletrando as nossas “alternativas sistêmicas” e “fantasias concretas”. ■

Contato com Herbert Docena
<herbertdocena@gmail.com>

> Praticando sociologia pública

Por **Ariane Hanemaayer**, Universidade de Alberta, Canadá, e Christopher J. Schneider, Wilfrid Laurier University, Canadá



O experimento com sociologia pública de Ariane Hanemaayer e Christopher Schneider. Foto por Ariane Hanemaayer.

A premissa da sociologia pública é engajar os públicos em um diálogo de educação mútua. Há, naturalmente, muitas maneiras interessantes de praticá-la. Neste breve ensaio, vamos explorar duas versões “análogas” de praticar a sociologia pública (para exemplos “digitais”, ver: “*Public Sociology, Live!*”, da ISA, ou “*E-public sociology*”, em Hanemaayer e Schneider, *The Public Sociology Debate*). A primeira prática envolveu o desenvolvimento de uma sociologia de “cafés filosóficos”, que denominamos *Sunday Sociologist*. Disto, surgiu nossa segunda prática, uma versão de um curso universitário daquilo que havíamos cultivado durante nossos encontros no *Sunday Sociologist*, em um café local. Os cafés

– ou as “universidades de um tostão”, como eram chamados às vezes (em referência à taxa irrisória – de um centavo – de admissão ao grupo) – têm servido historicamente como importantes meios sociais, em que as trocas dialógicas ocorrem entre múltiplos públicos, incluindo estudantes, comerciantes e intelectuais.

Inspirado pelas “universidades de um tostão”, em 2009, lançamos o *Sunday Sociologist* (www.sundaysociologist.com), na esperança de reunir indivíduos que ocupassem uma ampla gama de diferentes perspectivas. Convidamos membros da comunidade, professores universitários e estudantes para vir uma vez por mês para um café local, no coração de



Kelowna, British Columbia, no Canadá, para debater e discutir assuntos de importância mútua (notícias nacionais, vídeos virais, projetos políticos, etc.). O objetivo dessas reuniões era chegar a diversas populações, por um lado, e de se envolver em uma educação mútua sobre questões de importância local e global, por outro. As conversas, muitas vezes, suscitaram debates frutíferos e espirituosos, o que ajudou a cristalizar, moldar e desenvolver nossas vidas como sociólogos profissionais, trazendo ao nosso conhecimento problemas privados importantes e questões públicas para além da sala de aula da universidade.

Optamos por realizar nossas reuniões no segundo domingo de cada mês, no início da noite. O agendamento refletiu um esforço deliberado para atrair pessoas que trabalhavam o dia todo e que poderiam estar ocupadas trabalhando durante a semana. Nós anunciamos nosso café sociológico através de uma página grátis da internet. Os encontros mensais foram atendidos por vários membros do corpo docente, universitários, estudantes do ensino médio, pessoas aposentadas – e por um indivíduo, chamado Brendan, que se auto-identificava “vendedor de aspirador de pó” e “leigo”.

Embora nosso café sociológico tenha sido nomeado como um dia da semana, nossa esperança era destacar a idéia de que não importa nossa caminhada na vida, convicção política ou social, todos nós ponderamos sobre questões sociológicas em nossas vidas – quer saibamos disso ou não. De modo diferente do químico profissional, por exemplo, nossos públicos vivem em nossos laboratórios – o social os molda, assim como eles moldam o social. O germe da imaginação sociológica já está aí presente. Se a imaginação sociológica pode inspirar um domingo noturno de reflexão, então o desenvolvimento desse tipo de pensamento pode ser tido como uma ferramenta útil na vida das pessoas que encontramos em nossas reuniões nos cafés.

O *Sunday Sociologist* inspirou um curso patrocinado pela universidade com programa próprio. A idéia era convidar membros da população para participarem de um curso de sociologia. A cada semana, um sociólogo convidado iria oferecer uma palestra de uma hora de forma acessível ao público, seguido de uma hora de discussão em pequenos grupos (o curso foi limitado a 30 alunos). O curso e cada orador convidado eram anunciados semanalmente através da imprensa universitária e da mídia social (a frequência semanal era, geralmente, em torno de 100 pessoas). Estudantes de sociologia e público em geral foram distribuídos entre grupos de discussão para que eles pudessem entrar em diálogo mútuo. Então, juntamente com professores de sociologia convidados e um assistente de ensino, nós nos movíamos entre os grupos para ouvir e interpor materiais

sociológicos no diálogo.

Algumas das pessoas que frequentavam regularmente o *Sunday Sociologist* participaram do curso. As reações foram entusiasmantes! Por exemplo, o auto-conclamado vendedor de aspirador de pó, Brendan, observou: “*Ser capaz de participar dessas conversas, e descobrir para a minha surpresa que eu tenho algo a contribuir, tem sido empoderador e energizante de uma forma que eu nunca tinha experimentado antes*”. Outro participante do público observou: “*Tem sido um privilégio e um prazer alguém não muito longe dos 80 anos ouvir e se misturar com mentes mais jovens e mais animadas*”.

Essas iniciativas de sociologia pública nos levaram a pensar sobre nossos compromissos e perspectivas sociológicas e profissionais. Um dos dilemas mais frequentes que encontramos foi como fazer ideias sociológicas complexas algo relevante e claro. Acharmos que nosso trabalho dentro da comunidade é um extra exigido em nosso trabalho profissional, e uma experiência extremamente gratificante de ensino público. Houve muito apoio público para nossos projetos, e descobrimos que é encorajador explorar novas e inovadoras maneiras de envolver as comunidades em nosso trabalho. O contexto mais amplo provavelmente contribuiu para o sucesso desses projetos.

Kelowna é uma comunidade de aposentados particularmente rica, um lugar muito agradável para se viver no interior sul de British Columbia. Muitos dos participantes do público do *Sunday Sociologist* e do curso de Sociologia Pública eram aposentados, bem de vida e com cursos de graduação. Por exemplo, Joyce, um participante do público regular do *Sunday Sociologist* e do curso, observou: “*Eu tinha esquecido o quanto gostava de sociologia na faculdade nos anos 1970 e 1980, e como eu me sinto estimulado novamente*”. As tentativas de desenvolver projetos semelhantes junto a comunidades da classe trabalhadora, por exemplo, pode gerar diferentes desafios. Nosso projeto se baseou em pressupostos que eram específicos para a comunidade para a qual criamos esses projetos: foi possível presumir que a maioria das pessoas tinha acesso a computadores e à internet, que ouviam notícias locais e emissoras de rádio de tendências de esquerda que anunciavam os eventos, e que eles foram motivados a se envolver com a universidade com capacidades alternativas. Os sociólogos, na esperança de trazer iniciativas semelhantes às suas comunidades de origem, podem considerar para tanto os desafios que eventualmente possam surgir no meio em que estão trabalhando, a fim de elaborar estratégias através das quais se possa melhor engajar públicos em seus contextos específicos. ■

Contato com Ariane Hanemaayer <ahanemaa@ualberta.ca> e Christopher J. Schneider <cschneider@wlu.ca>

> Re-reivindicando o direito à cidade mobilização popular no Chile

Por **Simón Escoffier**, Oxford University, Reino Unido



Um mural em Villa Francia, um dos bairros contenciosos de Santiago, exorta os moradores a “Organizar para lutar, lutar para vencer.” Foto por Nathalie Vuillemin.

intermédio da mobilização coletiva consistente, o chileno urbano pobre conseguiu afirmar efetivamente seu direito à cidade – embora em alguns momentos de forma mais sistemática do que em outros. As lutas coletivas ao redor das questões habitacionais para os pobres urbanos do Chile podem ser rastreadas desde a década de 1920. Em conexão com partidos políticos e muitas outras instituições, o chamado “movimento de moradores”¹ teve um

A despeito de uma longa história de mobilização social, desde 1990, os pobres urbanos do Chile vêm sendo frequentemente retratados como atores políticos passivos, que padecem frente à segregação e às doenças sociais. Baseado em minha pesquisa na comuna de Peñalolén, em Santiago, no entanto, defendo que, em alguns casos, pelo menos, os pobres urbanos têm sido capazes de organizar uma resistência sustentável, re-reivindicando seu direito à cidade.

David Harvey (2008: 23) define o direito à cidade como “o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade”. Conectando urbanização e capitalismo, e dentro de uma tradição acadêmica que assevera a prioridade das pessoas em vez do lucro, Harvey sugere que os seres humanos merecem a capacidade de re-formar processos de urbanização, exercendo o poder coletivo. Para os habitantes pobres, exercer o direito à cidade, muitas vezes, envolve defender seu habitat urbano e seu acesso a serviços e recursos na cidade, resistindo aos processos urbanos capitalistas de produção da mais valia.

Os relatos acadêmicos hegemônicos sugerem que, por

papel central na arena política nacional, pressionando o governo por meio de ocupações de terras urbanas. Entre 1957 e 1970, as ocupações de terra se tornaram cada vez mais populares, remodelando cidades chilenas inteiras, especialmente Santiago. Na verdade, em 1972, durante o governo de Salvador Allende, 16,6% da população de Santiago vivia em assentamentos informais (Santa María, 1973: 105).

Assim como os territórios onde organizações de esquerda se originaram, muitas favelas foram duramente reprimidas pela ditadura militar (1973-1989). Algumas delas tornaram-se fortalezas de resistência popular, desempenhando papel fundamental nos protestos nacionais que, em 1983, expuseram a crueldade do regime autoritário.

Depois de 1990 – quando o Chile restaurou sua democracia –, as ações prolíficas e coordenadas de moradores desapareceram da literatura acadêmica. Apesar de vários centros de pesquisa dedicarem suas atenções à mobilização popular durante os anos 1980 – por exemplo, Universidade do Chile, PUC, CIDU, SUR, Flasco, Vicaría de la Solidaridad –, na década de 1990, os relatos acadêmicos enfatizaram a desmobili-



zação, muito mais que a ação coletiva, descrevendo as favelas como ninhos de criminalidade, tráfico de drogas e outras doenças sociais (Hipsher, 1996; Tironi, 2003).

O distrito oriental de Santiago de Peñalolén – bem como outras iniciativas desenvolvidas em cidades chilenas – oferece um contra-exemplo para essas narrativas de desmobilização. Na verdade, os bairros populares de Peñalolén vêm sistematicamente realizando iniciativas políticas controversas ao longo dos últimos 25 anos, gerindo não só a reivindicação de seus direitos, mas também moldando de modo direto o distrito e o ambiente imediato dos moradores.

Exigindo seu “direito de viver”, e organizadas pela Coordenação dos Comitês de Pessoas Sem Casa, cerca de 900 famílias de posseiros vindos de diferentes partes de Peñalolén invadiram terras valiosas no leste do distrito. No inverno de 1992, produziram a *Esperanza Andina*: a primeira ocupação de terras do novo regime democrático do Chile. Através de uma forte organização comunitária, e rejeitando a cooptação dos partidos políticos e do governo, *Esperanza Andina* conseguiu demandar, assertivamente, habitação social dentro do habitat urbano local – evitando a realocação periférica dos pobres, algo que é tantas vezes central nas políticas sociais habitacionais. Após muitos anos de lutas, conflitos e negociações, os moradores obtiveram os direitos fundiários de formalização de seus bairros e adquiriram, com isso, subsídios para construir casas nos mesmos lotes.

Em julho de 1999, a persistente demanda habitacional, juntamente com a rejeição dos moradores de serem expulsos para as periferias urbanas, levou à outra ocupação em Peñalolén. Ela ficou conhecida como “*Toma de Peñalolén*”, claramente a maior ocupação de terras no Chile, desde 1990. Envolvendo mais de 1.800 famílias, a *Toma* pressionou autoridades para fornecer subsídios à habitação social no distrito. Embora a organização estivesse eventualmente dividida, excluindo uma facção mais radical das negociações, em 2006, cerca de 900 famílias foram realocadas em casas construídas em Peñalolén, enquanto a maioria dos outros lotes foram alocados em outros distritos.

A luta de Peñalolén em torno da habitação social tem persistido até os dias de hoje. Na verdade, desde 2006, o Movimento dos Moradores em Luta (MPL) – uma organização popular de esquerda nascida no distrito – vem coordenando comitês locais de habitação para exigir o direito à habitação social em seu distrito de residência.

Os eventos em Peñalolén têm demonstrado, porém, que lutar pela habitação social pode não ser suficiente para os moradores pobres no sentido de fazer valer direitos substantivos na cidade. Em 2009, os moradores e organizações de base ficaram cientes de que um novo plano diretor para Peñalolén seria implementado. Mudando a regulação fundiária para

permitir a construção de edifícios, incorporando novas auto-estradas para melhorar o acesso dos carros ao distrito e at-
raindo novas lojas de varejo, o novo plano diretor tinha como objetivo atualizar o distrito, mediante o aumento do valor da terra. Além disso, o plano diretor não incluía terra suficiente para cobrir as necessidades do distrito no que tange à habitação social. Enquanto alguns vizinhos achavam conveniente essas mudanças, as organizações de base mais resilientes rejeitaram o processo de gentrificação iminente. Essas organizações fizeram campanha contra o novo plano diretor, pedindo um referendo no distrito que fosse juridicamente vinculativo. Depois de campanhas disputadas por parte da municipalidade e das organizações de bairro, no final de dezembro de 2011, o plano diretor foi democraticamente rejeitado. Protegendo o distrito da gentrificação, os moradores pobres conseguiram conservar um habitat urbano que eles próprios haviam criado através da autoconstrução e de ocupações nas décadas de 1960 e 1970.

Um bairro oriental de Peñalolén, Lo Hermida, vem desenvolvendo uma forte cultura de mobilização contenciosa nos últimos 25 anos. Baseando-se em valores comunitários e em uma identidade baseada na ação coletiva, os vizinhos realizam diferentes iniciativas para reincorporar coletivamente zonas locais que foram cooptados por outros atores sociais. Por exemplo, os moradores organizam oficinas de música ou hortas comunitárias em praças do bairro como forma de re-significar e re-ocupar zonas tomadas por traficantes de drogas ou ameaçadas por empresas privadas.

Condensando historicamente os eventos de contestação coletiva, Peñalolén ecoa muitas outras iniciativas por parte da população urbana pobre chilena que defende seu acesso aos direitos substantivos na cidade (Sugranyes, 2010). Estas lutas demonstram que os pobres urbanos chilenos ainda são capazes de montar uma ação coletiva eficaz, sustentável e contenciosa, exigindo seu direito à cidade. ■

Contato Simón Escoffier <simon.escoffier@sant.ox.ac.uk>

¹ O movimento de pobres urbanos no Chile, entre os anos de 1920 e 1989, tem sido tradicionalmente chamado de “movimiento de pobladores” [“movimento de moradores”]. Apesar de usar “pobladores” e “moradores” de forma intercambiável, isso não é totalmente preciso, pois a palavra em espanhol adquiriu historicamente um significado político no Chile: refere-se aos residentes urbanos pobres que lutam por seus direitos coletivos.

Referências

- Harvey, D. (2008) “The Right to the City.” *New Left Review* 53: 23-40. Retrieved from <http://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>.
- Hipsher, P. (1996) “Democratization and the Decline of Urban Social Movements in Chile and Spain.” *Comparative Politics* 28(3): 273-297.
- Santa María, I. (1973) “El desarrollo urbano mediante los ‘asentamientos espontáneos’: El caso de los ‘campamentos’ chilenos.” *EURE* 3(7): 103-112.
- Sugranyes, A. (2010) “Villa Los Condores, Temuco, Chile Against Eviction and for The Right to the City,” pp. 145-148 in A. Sugranyes and C. Mathivet (eds.) *Cities for All Proposals and Experiences towards the Right to the City*. Santiago de Chile: Habitat International Coalition (HIC).
- Tironi, M. (2003) “Nueva Pobreza Urbana, Vivienda y Capital Social en Santiago de Chile,” 1985-2001. *Revista de Sociología*. Santiago: Predes Editores.

> Posseiros e política no Uruguai

Por **María José Álvarez Rivadulla**, Universidade de Rosário, Bogotá, Colômbia. Membro da Diretoria do Comitê de Pesquisa de Desenvolvimento Regional e Urbano da ISA (RC21)



Uma favela precária em Montevideu, que cresceu à margem de uma ocupação planejada anteriormente.
Foto por José María Álvarez Rivadulla.

Montevideu mudou drasticamente durante as duas últimas décadas do século XX: na confluência do neoliberalismo e da democratização, a capital do Uruguai cresceu cada vez mais desigual e segregada. Talvez a mudança mais visível - mesmo que apenas a ponta do iceberg - seja o crescimento de assentamentos informais.

As áreas ocupadas de Montevideu passaram por mudanças que foram tanto quantitativas como qualitativas. Os assentamentos informais expandiram dramaticamente, mas, paradoxalmente, foram ficando cada vez mais planejados. As condições estruturais, como a desindustrialização persistente, a pobreza, a redução dos gastos estatais, os baixos salários reais, e talvez ainda mais diretamente, o aumento dos aluguéis, sem dúvida, estão por trás dessas mudanças. No entanto, o quadro permanece incompleto se não examinarmos o papel da política, bem como das mudanças econômicas - a

onda de ocupações de terra também foi moldada pela democratização e pela competição eleitoral.

Enquanto muitos pensam nas ocupações como um processo espontâneo, uma consequência “natural” das condições econômicas adversas, um olhar mais atento para Montevideu revela a importância da organização de redes políticas respondendo às oportunidades políticas, tais como eleições ou descentralização.

Na América Latina, o papel dos Estados e da política na formação de assentamentos precários há muito tem atraído a atenção, pois essa relação tem sido mais forte do que em outros lugares. No entanto, o caso de Montevideu é um pouco incomum, mesmo na América Latina. Apesar de “invasões de terra por crescimento”, apelidadas de canteirais, terem ocorrido ocasionalmente desde os anos 1940, a capital uruguaia foi capaz de absorver a maioria dos mi-



grantes rurais que vieram à cidade durante a industrialização - liderada pelo Estado - através de habitação formal. Mesmo na década de 1980, apesar dos sinais de advertência da crescente desigualdade socioeconômica urbana, Montevideu ainda era mais igualitária do que outras cidades do continente, tanto econômica quanto espacialmente.

Contudo, na década de 1990, as áreas ocupadas começaram a se expandir: em 1999, metade de todos os assentamentos precários de Montevideu tinha menos de 15 anos, e cerca de um terço desses novos assentamentos resultaram de ocupações de terra organizadas. Algumas ocupações planejadas até tinham uma intenção utópica, pelo menos no início: os primeiros moradores queriam algo mais do que resolver as necessidades básicas de moradia. Geralmente, emergindo de facções radicais de esquerda, seus líderes viram nas ocupações planejadas de terra uma espécie de base da reforma agrária, uma crítica implícita à política habitacional do Estado. Outros, menos utópicos, ainda assim, organizaram-se para confiscar terras, medir e distribuir parcelas, ajudando os colegas posseiros a construir casas, delinear ruas e espaços públicos, resolver as necessidades diárias, criar e aplicar normas. Além disso, eles se organizaram para exigir serviços públicos, escolas, centros de saúde e regularização fundiária do bairro. As favelas são, talvez, a manifestação mais vital da ação política recente dos pobres urbanos no Uruguai, assim como Portes e Walton descrevem em seu livro *Urban Latin America*, em relação ao resto do continente 30 ou 40 anos antes.

O que estava por trás dessa mudança? A questão é especialmente intrigante, uma vez que Montevideu não tem experimentado um crescimento real da população: os migrantes rurais geralmente preenchem os assentamentos informais em outros lugares, mas não nesta cidade. Muitos dos posseiros de Montevideu vieram de outros bairros estabelecidos da cidade, forçados a se mover quando formaram novas famílias ou como resultado de condições precárias de emprego ligadas à desindustrialização; outros foram expulsos pelos aluguéis crescentes.

No entanto, os fatores econômicos por si só não podem explicar por que alguns grupos e famílias carentes decidiram ocupar em determinados momentos e não em outros períodos mais desesperadores, por exemplo, como a crise econômica de 2002. A política, e particularmente a política eleitoral, mediou o surgimento e a consolidação de novos bairros de Montevideu, especialmente os planejados. O fim da ditadura no Uruguai e a emergência da coalizão de esquerda *Frente Amplio* como uma terceira força política que ameaça ganhar, finalmente ganhando o poder no município de Montevideu em 1990, aumentou a concorrência eleitoral na cidade - amplificando os incentivos a todos os partidos em tolerar, e até mesmo facilitar, novas ocupações de terras.

A maioria dos líderes de assentamentos precários organizados formados em torno dos anos 1990 tinha vínculos

com políticos de diferentes partidos. Embora a maioria insistisse que “nós somos apolíticos aqui”, eles eram de fato hiper-políticos. Anteriormente, os líderes da comunidade podiam se voltar ao Partido Colorado para obter reparos nas estradas, porque o Ministro das Obras Públicas era do Partido Colorado; mas eles também mantinham vínculos com um vereador da *Frente Amplio*, que poderia fornecer informações sobre terras disponíveis para ocupações, ao mesmo tempo, tentavam ficar de bem com um deputado do Partido Blanco, que visitou o assentamento.

Logo, porém, todos os atores da cidade começaram a perceber que o que parecia uma solução para a habitação de famílias carentes, ou uma maneira de ganhar votos para um partido, poderia criar grandes problemas para o futuro. As condições de vida nas favelas são precárias, e a prestação de serviços pode ser proibitivamente cara - em um tempo em que casas ocupadas anteriormente em bairros regularizados, totalmente equipados com serviços públicos, permaneciam vazias. Funcionários e políticos municipais estavam muito conscientes desse problema, o que ajuda a explicar porque o número de ocupações de terra não explodiu durante a crise econômica de 2002, e porque o então presidente Mujica - geralmente sensível às causas populares - interveio pessoalmente em uma reintegração de terra divulgada em 2011. Além disso, a competição eleitoral para os votos dos pobres urbanos diminuiu quando a esquerda ganhou o governo nacional pela segunda vez, em 2009.

Apesar da onda de ocupações de terra de Montevideu poder ter sido relativamente curta, suas consequências deixaram traços urbanos e sociais duradouros. Mesmo durante o *boom* econômico atual do país, os *asentamientos* (favelas) ainda têm reduzido acesso aos serviços, e experimentam uma infinidade de problemas sociais e econômicos. O programa de melhoria de assentamentos precários se expandiu para muitos bairros novos, contudo, há um limite no que a infraestrutura pode fazer. Vinte a vinte e cinco anos não podem ser facilmente desfeitos: toda uma geração de crianças que cresceu em condições precárias e na pobreza segregada ainda carrega o estigma de vir de assentamentos precários, áreas identificadas como zonas vermelhas pelo resto dos moradores da cidade.

No entanto, as coisas estão sendo feitas. Parques públicos bem equipados estão sendo construídos em zonas particularmente carentes, perto de assentamentos precários. Novos programas habitacionais estão sendo implementados. Um incentivo de isenção fiscal provocou a construção de habitação social por empresas privadas em diferentes áreas da cidade. As cooperativas habitacionais também foram crescendo. No entanto, a efetiva inclusão dos assentamentos precários e de seus habitantes ainda continua sendo um dos maiores desafios de Montevideu. ■

Contato com María José Álvarez Rivadulla
<majo.alvarez.rivadulla@gmail.com>

> O crescimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil

Por **Cibele Rizek** e **André Dal'Bó**, Universidade de São Paulo, Brasil



Marcha do MTST na Avenida Paulista, região central de São Paulo, demandando "Mais reformas populares, mais direitos"

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil (MTST) foi criado no final de 1990, unindo "trabalhadores, operários, trabalhadores informais, trabalhadores precários e desempregados, que como milhões de brasileiros não têm acesso à moradia digna, mas ao invés disso vivem de aluguel, em áreas de risco ou em situações de insegurança urbana - localizadas principalmente nas periferias urbanas do Brasil". Atualmente um ator enérgico na política urbana do Brasil, o MTST organizou muitas das manifestações de rua que agitam a sociedade brasileira durante o ano passado, e sua

dinâmica organizacional oferece uma lente única aos debates políticos do país.

É importante ressaltar que esse movimento tem diferenças significativas em relação aos movimentos de moradia que surgiram na década de 1980, que agora estão alinhados com o governo federal liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Embora o MTST tenha sido inicialmente ligado ao Movimento dos Sem Terra (MST - um movimento de inserção basicamente agrária), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto foi fundado em 1997, durante a Marcha

>>

Popular Nacional, quando ativistas do movimento sem-terra estavam envolvidos com a ocupação urbana no Parque Oziel, em Campinas, no estado de São Paulo. A primeira ocupação do MTST, nomeada Anita Garibaldi, foi organizada cinco anos depois, em Guarulhos.

Desde a primeira ocupação, o MTST organizou, pelo menos, dez grandes ocupações nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, incluindo os acampamentos chamados Chico Mendes (Taboão da Serra, 2005); João Candido (Itapeverica da Serra, 2007); Frei Tito (Campinas, 2007); Jesus Silverio (Embu das Artes, 2008); Zumbi dos Palmares (Sumaré, 2008); Dandara (Hortolândia e Santo André, simultaneamente, em 2011); e os Novos Pinheirinhos (Santo André e Embu das Artes, 2012).

Em junho de 2013, o Brasil passou por um processo intenso de protestos de rua populares, marcando o fim de um longo período de desmobilização popular, ligado à substituição de políticas neoliberais. Não por coincidência, o MTST tem sido cada vez mais ativo, chocando-se quase diariamente com empreendedores privados, com o mercado imobiliário e com o Estado. Além de manifestações de rua frequentes, entre junho de 2013 e agosto de 2014, ocupações de terrenos e edifícios ociosos, inspiradas pelo MTST, têm aumentado exponencialmente em São Paulo e em outras regiões metropolitanas: mais de 100 ações foram registradas em todo o Brasil ao longo dos últimos doze meses.

O Brasil sofre de um déficit habitacional crescente, sendo que o déficit em áreas metropolitanas cresceu dez por cento entre 2011 e 2012. Milhares de famílias brasileiras são despejadas de suas casas todos os dias pelos preços exorbitantes de terrenos, imóveis e aluguéis, característicos do atual ciclo do *boom* do mercado imobiliário. Este déficit habitacional ocorreu mesmo com o governo brasileiro implementando o maior programa de habitação pública na história do país. Juntamente com outros programas sociais, o programa conhecido como “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) tem contribuído para o crescimento econômico, através da promoção da criação de emprego e acesso ao consumo e serviços antes restritos às classes de maior renda.

Ironicamente, no entanto, o programa de habitação social também reforçou a segregação e a exclusão urbana,

não ajudando os brasileiros mais pobres a se estabelecerem permanentemente nas regiões centrais da cidade, nem prestando os serviços e a infraestrutura necessários para a vida diária dos novos moradores das periferias urbanas em expansão.

Nesse contexto, os protestos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto têm desempenhado um papel fundamental na definição da política urbana brasileira. No entanto, as ligações crescentes do movimento com o programa de habitação social do governo têm complicado a sua posição: negociações sobre ocupações têm colocado o movimento simultaneamente “dentro” e “fora” dos debates das políticas governamentais.

Essa ambiguidade pode ser vista mais claramente no resultado das ocupações do movimento. Uma vez que uma ocupação MTST abre negociações com um município, as autoridades da cidade são convidadas a reintegrar os terrenos ocupados - e, em seguida, com frequência, o MTST solicita a inclusão das famílias envolvidas na ocupação em programas de habitação social do governo. Mas a nova habitação social pode muito bem contribuir para a segregação espacial, uma vez que as novas moradias para os pobres são quase inevitavelmente construídas em periferias urbanas, agravando ainda mais a desigualdade espacial.

O MTST se encontra preso em uma posição ambígua. Mesmo enquanto ativistas negociam lugares no programa de habitação - uma política pública, implementada pelo mercado imobiliário - suas ocupações e protestos de rua continuam a ser violentamente reprimidos através de reintegrações, prisões e até mesmo assassinatos. Assim, o Movimento dos Sem Teto continua a ilustrar o que de outra forma poderiam permanecer oculto no âmbito das políticas sociais brasileiras: o caráter injusto e desigual das cidades brasileiras, a natureza parcial das mudanças e programas sociais, o conflito em curso e a luta política, mesmo depois de 12 anos de dominância do Partido dos Trabalhadores. E, talvez ainda mais importante, como protagonista-chave nas lutas sociais do Brasil, o movimento encarna a esperança de um futuro mais justo e igualitário para as populações urbanas pobres do Brasil. ■

Contato com Cibele Rizek <cibelelr@uol.com.br>

> Protestos de pobres na África do Sul

Por **Prishani Naidoo**, Universidade de Witwatersrand, África do Sul



Residentes de Orlando, em Soweto, protestam devido à exclusão da sua comunidade dos projetos de construção antes da Copa do Mundo de 2010.

Foto por Nicolas Dieltiens.

A narrativa dominante dos primeiros vinte anos de democracia eleitoral não-racial da África do Sul destaca os sucessos das instituições políticas formais, dos atores, das políticas públicas e dos processos formados e ativados neste período. No entanto, o informal irrompe constantemente, talvez de forma mais visível como protestos que surgem, em primeira instância, fora de qualquer partido político, organização ou sindicato, entre os pobres, que se reúnem em torno de problemas comuns que enfrentam em suas vidas cotidianas.

De particular importância são as lutas das pessoas em assentamentos e distritos informais: lugares estabelecidos pelos planejadores do *apartheid* para

consolidar as condições de vida de “informalidade permanente” para a população negra. Tais condições foram imaginadas como sendo necessárias para manter as pessoas negras em suas posições subservientes e “fora de perigo”. Afinal, foi em resposta às ocupações ilegais pelos negros das áreas urbanas que o Estado do *apartheid* tinha sido forçado ao longo dos anos a desenvolver políticas destinadas a controlar o movimento dos negros (imaginados apenas como mão de obra barata). Estes incluíram a própria criação de “cidades informais” e municípios. Mas também foi dentro desses espaços, e a partir deles, que a luta contra o *apartheid* floresceu, e que uma imaginação diferente de uma vida por vir - depois do *apartheid* - foi cultivada.

Hoje, mais de 20 anos após o desmantelamento formal das instituições e das políticas do *apartheid*, a informalidade continua a caracterizar a vida de um grande número de pobres na África do Sul. Eles estão alojados em assentamentos (ainda em crescimento), em que as condições de vida ao estilo do *apartheid* persistem. Não é de admirar, então, que desde o final da década de 1990, pelo menos, a cada inverno (mas cada vez mais ao longo do ano), os moradores pobres de vilas e assentamentos informais tomam as ruas e estradas locais para exigir acesso adequado aos recursos necessários para um padrão decente e qualidade de vida, incluindo água, electricidade e habitação decente (serviços básicos). Isto se tornou uma característica cada vez mais comum da vida na África do Sul, com uma primeira pequena expansão no início da década de 2000 e uma taxa muito maior de proliferação desde 2004.

Já em 1997, incidentes isolados foram registrados em todo o país: grupos de moradores pobres que protestavam

por terem sido cortados de seus fornecimentos domésticos de eletricidade e água. Ao longo dos três anos seguintes, esses relatórios se tornaram muito mais comuns, enquanto as comunidades pobres sentiram os efeitos da crescente implementação de diferentes formas de privatização, juntamente com as perdas de emprego e à flexibilização do trabalho, o resultado de uma agenda política macroeconômica neoliberal adotada pelo o governo do CNA em 1996. Os racionamentos de água e da eletricidade e despejos aumentaram à medida que os municípios aplicaram uma lógica de pagamento por serviços básicos. Os moradores afetados se reuniram para recusar as condições que lhes eram impostas, engajando-se em diversas formas de protesto (de marchas e piquetes a impedir a entrada de autoridades em locais de trabalho, danificar propriedades oficiais e realizar reconexões ilegais ao fornecimento de água e energia elétrica). Nessas lutas, receberam a colaboração de outros ativistas independentes, que estavam começando a identificar um inimigo comum em lutas aparentemente diferentes e separadas, um inimigo comum a que deram o nome de “neoliberalismo”.

Em 2001, as ações e críticas sustentadas dos grupos envolvidos levou comentaristas a proclamar o surgimento de “novos movimentos sociais e comunitários”, cuja importância residia no fato de que eles foram os primeiros movimentos pós-1994 que se situavam fora do CNA e do movimento do Congresso mais amplo, e em posição antagônica a ele. Em um influente livro publicado em 2002, com o título *We Are The Poors*, o sociólogo Ashwin Desai proclamou o nascimento de um novo sujeito político, “os pobres”, nascido nas lutas das comunidades organizadas (em conjunto com estudantes, acadêmicos, pesquisadores e outros ativistas independentes) para lutar contra os vários efeitos de aprovação pelo governo do CNA das políticas neoliberais.

Por volta de 2004, muitos desses movimentos haviam entrado em um período de declínio. Os efeitos cumulativos da repressão do Estado, batalhas políticas intraorganizacionais e dificuldades para acessar recursos cobraram seu preço para coletivos movidos em grande medida pela energia e pelo comprometimento de seus membros (a maioria desempregados e pobres). Em muitos casos, as próprias respostas do Estado às demandas dos movimentos resultaram em sua paralisia. Ironicamente, 2004 foi também o ano que marcou o início de uma proliferação ainda maior de lutas, muito parecido com aquelas que se tornaram populares pelos novos movimentos do início dos anos 2000. Mais uma vez, o reino da política informal irrompeu, tendo em vista que as respostas formais às lutas anteriores não conseguiram satisfazer as necessidades de todos.

Na verdade, a proliferação de protestos de nível local liderados por pessoas pobres fora de quaisquer estruturas políticas formais desde 2004 foi tão marcante que levou a sua descrição como uma “rebelião dos pobres” pelo sociólogo Peter Alexander. Também se tem visto a grande mídia cunhar e popularizar o termo “protestos sobre prestação de serviços” como uma abreviação para tais ações. Embora a péssima “prestação de serviços” (incluindo os serviços básicos e a prestação de infra-estrutura) esteja quase sempre no centro de tais protestos, vereadores corruptos, má gestão de fundos comuns e bens, e falta de comunicação entre os municípios e seus moradores são muitas vezes os catalisadores para a ação. Em 2012, os protestos estavam ocorrendo a uma taxa de pelo menos um por dia.

Em muitos casos, os protestos só entram em erupção uma vez que os residentes esgotaram o engajamento através dos canais oficiais e não receberam nenhuma resposta do município. Em uma coleção de estudos de caso intitulada *The Smoke that Calls*,

publicado por Karl Von Holdt et al. em 2011, os manifestantes alegam que, por vezes, a única maneira de chamar a atenção das autoridades competentes é manter a propriedade acesa ou queimar pneus em barricadas (para fazer “a fumaça que chama”). O aumento de ações dessa natureza resultou no uso crescente pela mídia do rótulo “protestos de prestação de serviços violentos”. Ao mesmo tempo, as ações da polícia tornaram-se cada vez mais violentas, com jornais relatando a morte de pelo menos 43 manifestantes nas mãos da polícia desde 2009.

Os protestos de hoje também estão muitas vezes ligados a diferenças dentro das estruturas locais do CNA e suas formações alinhadas. Isto levou à mobilização de grupos de membros do CNA contra seus próprios líderes eleitos em municípios. Às vezes, resultam de batalhas perdidas dentro do partido ou do Estado, e, por vezes, para expor e questionar as próprias formas de patrocínio estatal e acesso aos canais de autoenriquecimento (através de leilões, o acesso aos postos de trabalho e de financiamento). À medida que divisões de dentro do CNA se desenrolam, vai ser interessante ver como novos atores políticos, como os Combatentes da Liberdade Econômica (FEP) e da Frente Unida (lançada pela União Nacional dos Metalúrgicos, juntamente com outra comunidade e grupos da sociedade civil), vão se relacionar com essas lutas locais dos pobres.

Embora os atores políticos tendam a direcionar sua atenção para o reino da política formal (partidos e parlamento), continua o informal a se apresentar como um lugar permanente de contestação no nível local. É aqui que o potencial para formas alternativas engajamento e de produção reside. Muito, no entanto, depende do potencial coletivo e do compromisso em imaginar a política de forma diferente.

Contato com Prishani Naidoo
<Prishani.Naidoo@wits.ac.za>

> Zâmbia:

Remoções e ausência de movimentos sociais

Por **Singumbe Muyeba**, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul



Enquanto os moradores despejados discutem opções, uma criança se encontra sobre os restos de uma das casas demolidas durante um despejo em Chinika, Lusaka, realizada por tropas do Serviço Nacional da Zâmbia. Foto por Emmanuel Tembo.

Em abril de 2013, policiais e quinze veículos blindados realizaram um assalto ao terreno 10144, a oeste de Lusaka. Moradores surpresos acordaram para descobrir que estavam sendo despejados. Não podiam fazer nada além de assistir, porque eram ameaçados com armas. A polícia demoliu 33 casas. Cerca de 365 pessoas, muitas das quais ocupavam o local havia vinte anos, ficaram sem teto. Alguns desalojados eram policiais de baixa patente. Nenhuma notificação foi entregue. A prefeitura

estava ausente e não havia oficiais de justiça. Depois da remoção, oficiais de polícia de patentes mais altas se apropriaram dos lotes. Mais remoções e demolições se seguiram naquele mês. Frustradas, no dia 15 de maio, as famílias desalojadas marcharam em direção ao gabinete do vice-presidente, mas foram bloqueadas e dispersadas pela polícia armada. As famílias não possuíam permissão da polícia para realizar o protesto, uma exigência da Lei de Ordem Pública. Os desalojados não tinham ninguém a quem recorrer a não ser eles mesmos. Por que essa

fagulha não bastou para começar um movimento que pudesse evitar novas remoções e por que os movimentos de moradia existentes falharam em proteger os desalojados? Exploro aqui algumas respostas possíveis a essas questões.

O caso da zona oeste de Lusaka foi apenas mais um entre muitos. Ocorreram remoções de centenas de famílias sem que inspirassem qualquer ação organizada. Apenas em 2014, várias aconteceram em Lusaka – no dia 25 de julho, em Kanyama, qua-

>>

torze casas foram demolidas, em 3 de outubro em Chinika foram 100 e em 18 de novembro soldados desalojaram moradores à força em Mikango Barracks. A política de demolir habitações construídas de forma irregular em terrenos públicos e privados remonta à diretriz anunciada pelo governo de Zâmbia em 2007. Desde que assumiu o poder, em 2011, o governo da Frente Patriótica continuou a erradicar assentamentos ilegais e até mesmo alguns assentamentos já reconhecidos – que haviam adquirido esse status em virtude de políticas de governos anteriores. Durante as demolições, não foram seguidos os procedimentos legais e em alguns casos os desalojamentos resultaram em mortes. Isso certamente aumentou a preocupação da opinião pública.

Essas são condições férteis para a mobilização social – 70% da população urbana vive em favelas, o que significa que há uma grande população em condições irregulares de moradia que poderia facilmente formar uma massa crítica; além disso, o país registra uma forte história de protestos e de ação coletiva.

Como explicar a ausência de protesto? Primeiro, existe uma longa história de intolerância por parte das elites políticas, começando pela manutenção da Lei de Ordem Pública de 1955. A lei foi usada pela administração colonial britânica para controlar os que lutavam pela liberdade. Os presidentes que sucederam os britânicos não revogaram a lei. Ela determina que os manifestantes devem obter uma licença por meio da polícia e do ministro do interior. No entanto, é vaga quanto aos critérios para conceder a permissão. Só é possível obtê-la sete dias antes do protesto. Quando a causa escapa àquilo que é reconhecido pela lei ou quando existe oposição por parte das elites políticas, as permissões geral-

mente não são concedidas. Além do mais, a lei não reconhece direitos de posse de facto, então os desalojados de ocupações ilegais não têm fundamento legal para protestar, mesmo se viveram no local por muitos anos.

Não é apenas o caráter reacionário da elite política que contribui para a falta de protestos, mas também o medo das consequências de marchar sem uma licença. A violação da Lei de Ordem Pública vem acompanhada frequentemente de brutalidade policial, de modo que até os moradores de assentamentos reconhecidos ficam com medo. Por exemplo, durante as remoções forçadas em Kampasa, perto do aeroporto, em 14 de junho de 2013, dois homens foram baleados fatalmente e um ferido pela polícia (Zambian National Service). As pessoas que entrevistei no assentamento George, já reconhecido pelo poder público, temiam a onda recente de remoções, mesmo possuindo algum grau de segurança devido à posse de licenças de ocupação. Quando questionados sobre o que eles fariam quando o governo viesse reivindicar seu terreno, eles pensavam que teriam que desistir e procurar algum outro lugar aonde ir.

O governo e a sociedade civil também falham em proteger os desalojados em potencial por causa da escassez de recursos financeiros. O direito a habitação não foi contemplado na Constituição porque, como o presidente Mwanawasa ponderou em 2008, o governo teria de comprometer recursos financeiros para garanti-lo – dinheiro que o governo afirma não ter. No mesmo sentido, o governo se recusou publicamente a cumprir com a obrigação de indenizar os desalojados. Ao invés de fornecer recursos para melhorar as ocupações informais, é mais barato simplesmente demolilas.

A sociedade civil tampouco possui os recursos financeiros necessários para proteger da expulsão os moradores de ocupações ilegais. Ainda que haja forte presença da *Zambia Land Alliance* e da *Homeless International* por meio de uma organização chamada *The People's Process on Housing and Poverty in Zambia*, cujo objetivo seria encampar as lutas contra as remoções, na realidade ela não o faz. “Frequentemente, a aliança não tem mobilizado as comunidades ou conduzido os casos referentes a áreas de interesse público da forma como a opinião esperaria devido a falta de capacidade ou de recursos para acompanhar os casos” (*Zambia Land Alliance*, 2014 <http://www.zla.org.zm/?p=9>). Em 2010, denúncias de corrupção levaram à suspensão de auxílios financeiros a organizações do governo e da sociedade civil, o que ocasionou a paralisação de muitos projetos por quase 2 anos. Assim, essas organizações não fazem mais do que divulgar pronunciamentos e ameaças de protestos que não se concretizam.

Em suma, os dois maiores desafios para o surgimento de um movimento anti-remoções em Lusaka e para os novos movimentos sociais na Zâmbia são, primeiro, a hostilidade aberta com que as elites políticas encaram qualquer forma de protesto e, segundo, os limitados recursos financeiros de que o governo e a sociedade civil dispõem para resolver o problema da habitação. Depois de expulsas, as pessoas não veem qualquer oportunidade de compensação e a manifestação coletiva parece sem propósito. Somente mudanças na lei de ordem pública e maior crescimento econômico poderiam criar as condições para a emergência de movimentos anti-remoções. ■

Contato com Singumbe Muyeba
<singumbe.muyeba@uct.ac.za>

> *Fablabs e Hackerspaces* uma nova cultura em formação

Por **Isabelle Berrebi-Hoffmann, Marie-Christine Bureau**, and **Michel Lallement**, LISE-CNRS, Conservatoire national des arts et métiers, Paris, França



Um hackerspace típico.
Foto por Michel Lallement.

Novas formas de compartilhamento e novas maneiras de produção e de consumo colaborativos vêm levantando questões importantes para a economia atual. Fablabs e hackerspaces ocupam um lugar particular nesse contexto em que a riqueza inspirada em um conceito coletivo (*commons-inspired wealth*) baseia-se no acesso e no uso, em vez da propriedade. Esses espaços coletivos de produção, que apareceram na metade da década de 2000, estão introduzindo uma nova ética: uma cultura de fabricantes. Disper-



sos em várias partes do mundo, esses lugares têm distintos nomes: *fablabs* (laboratórios de fabricação), *hackerspaces*, *makerspaces*, *living labs*, *tech shops*, entre outros. Eles são um convite para redescobrir o prazer de montar objetos, de programar *softwares* ou simplesmente para imaginar novas maneiras de se vestir ou cozinhar. Ao redor do planeta, as grandes metrópoles estão acolhendo esses novos espaços que simultaneamente promovem novas formas de produção, colaboração, consumo e aprendizado.

Uma impressora 3D é geralmente o centro das atenções nesses lugares, pois permite produzir qualquer objeto a partir de modelos encontrados na internet. Embora os resultados ainda sejam modestos, fazem-se progressos impressionantes. A maioria dos espaços também tem equipamentos profissionais, tais como máquinas de controle numérico computadorizado: cortadoras, cortadoras a laser, impressoras *silkscreen*. Poucos anos atrás, eram necessários meses de treinamento para operar com destreza essas máquinas e pô-las para fabricar protótipos. Hoje, levam-se apenas algumas horas de treinamento para operá-las corretamente. Além do mais, os preços das máquinas e dos *softwares* de design caíram significativamente. Assim, da mesma forma como computadores pessoais nos permitem navegar no mundo virtual, fabricantes pessoais podem permitir a qualquer um produzir o mundo físico.

Entretanto, mesmo compartilhando os mesmo valores, os laboratórios de fabricação em Barcelona, Berlim, São Francisco, Paris ou Pequim não são todos iguais. Os *fablabs* surgiram no MIT (Massachusetts) no começo dos anos 2000 e já formaram uma rede global. Os *hackerspaces* têm uma história diferente. Originaram-se na Califórnia no começo dos anos 1970 com o *Homebrew Computer Club*, uma incubadora onde aficionados se encontravam para explorar e inventar tecnologia de informação. Alguns compartilhavam gratuitamente seus achados, enquanto outros, incluindo Steve Jobs e Bill Gates, tomaram uma rota capitalista mais tradicional. Imersos no espírito hacker, os *hackespaces* não se distinguem dos *fablabs* sob o ponto de vista organizacional. Neles, a programação é mais avançada, mas também há equipamentos para que as pessoas fabriquem, inventem e brinquem com diferentes objetos, e façam algo. Além disso, assim como nos *fablabs*, o acesso público é um princípio importante, bem como a vontade de fazer desses lugares não apenas espaços de inovação e fabricação, mas também de aprendizado coletivo e troca de conhecimentos.

Os laboratórios de fabricação estão parcialmente ancorados nos territórios em que se localizam. Eles funcionam em

redes que sugerem os contornos de novos ecossistemas de produção. Alguns observadores os consideram o princípio de uma nova revolução industrial ou a vanguarda de uma saída civilizada do capitalismo. Mas não é preciso ir tão longe para se dar conta de que esses novos mundos deveriam ser levados a sério. Eles estão apinhados de inovações técnicas, políticas e organizacionais. Mesmo que situados às margens da economia dominante, seu crescente sucesso indica mudanças socioculturais na forma como as pessoas trabalham, concebem, produzem, tomam decisões e partem para a ação.

Sociólogos que começaram a estudar esses novos polos de produção mostram que, ainda que sejam heterogêneos, eles possuem um modo comum de organização, em parte originado no interior das comunidades de programadores e hackers. A cultura nutrida no mundo do código livre/aberto, surgida algumas décadas atrás, introduziu novas formas de trabalho e colaboração que se baseiam em redes igualitárias e horizontais. Nela também se desenvolveram novas formas de compartilhar bens e serviços, por exemplo, por meio da licença *Copyleft*¹. O movimento de fabricantes, que inclui os laboratórios de fabricação, também se inspirou em uma tradição crítica em relação à sociedade industrial, iniciada por William Morris no mundo do design.

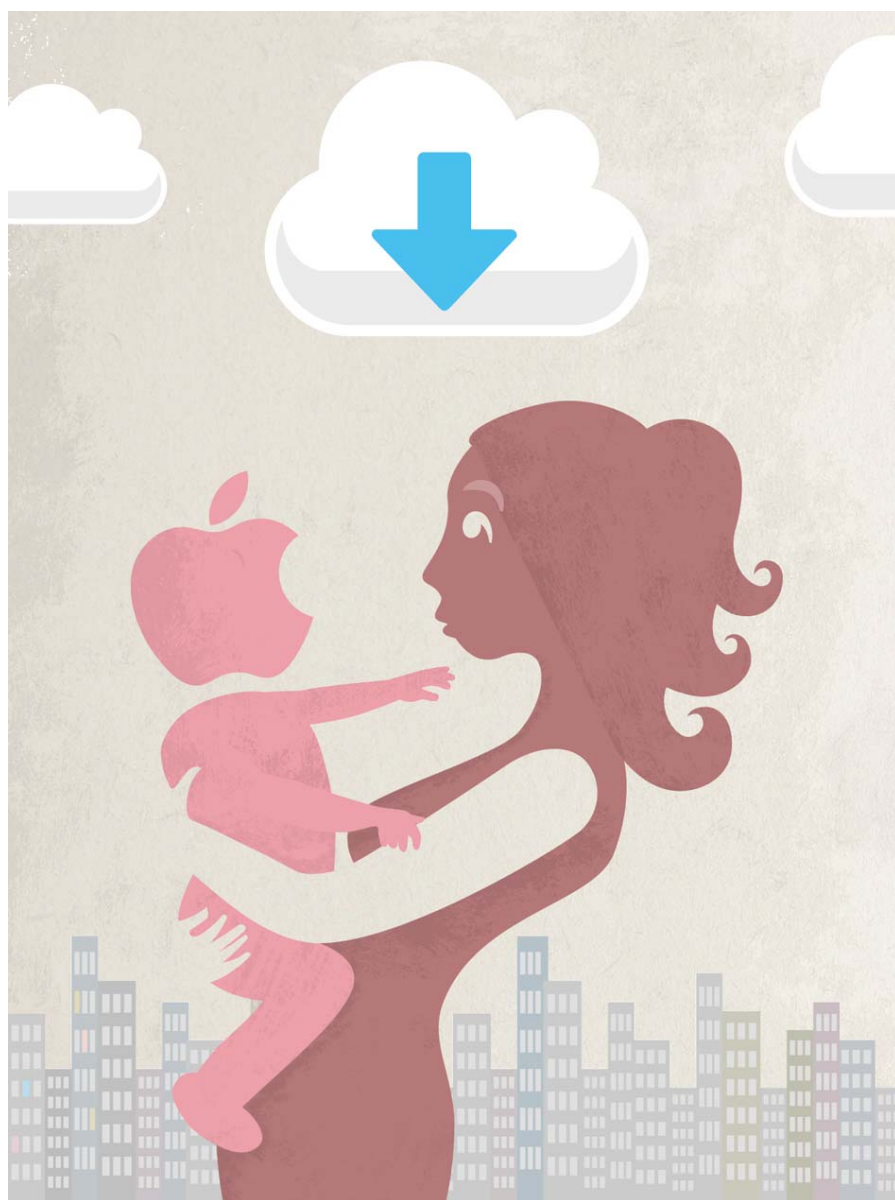
Uma pesquisa recente sobre *hackerspaces* realizada por nós no norte da Califórnia mostrou que esses mundos alternativos de fabricantes são constituídos principalmente por jovens brancos instruídos, desencantados com a academia e na casa dos 30 anos. Esses espaços, frequentados tanto por engenheiros da Google como por fanáticos por tecnologia desempregados, têm um objetivo: *hackear*, ou seja, inovar utilizando computadores, objetos físicos e até mesmo a sociedade abrangente. Alguns fabricantes (*makers*) participam ativamente em processos de inovação para o Vale do Silício, enquanto os mais radicais investem suas energias a serviço daqueles que contestam a ordem estabelecida, como o movimento *Occupy*. Em uma época de crise estrutural generalizada, vale a pena examinar esses espaços alternativos, utopias reais onde novas formas de trabalhar, tomar decisões, consumir e viver junto estão sendo inventadas. ■

Contato com Michel Lallement <michel.lallement@cnam.fr>

¹ Berrebi-Hoffmann I., Bureau M.-C., Lallement M. (eds.), *Recherches sociologiques et anthropologiques*, números especiais "Tiers lieux de fabrication et culture collaborative. De nouveaux mondes de production sont-ils en train d'émerger?" (no prelo).

> Em busca da igualdade de gênero em uma “sociedade multi-ativa”

Por **Bernard Fusulier**, FNRS, Universidade de Louvain, Bélgica, e **Chantal Nicole-Drancourt**, CNRS-LISE, Conservatoire national des arts et métiers, Paris, França



Políticas de gênero problemáticas no local de trabalho. Ilustração por Arbu.

O declínio da taxa de natalidade, a diminuição das taxas de emprego entre as mães e a renúncia à maternidade são cada vez mais considerados grandes riscos, ligados à demografia e os níveis de bem-estar social nos países “desenvolvidos”. Embora as crises financeiras e orçamentárias dos últimos anos afetem todos os contratos sociais, eles ameaçam particularmente a dinâmica da igualdade de gênero e pioram as condições para um equilíbrio trabalho-família.

Os formuladores de políticas em todos os níveis relatam consciência crescente de que as mulheres desempenham um papel fundamental na formação da coesão social. Mulheres são reconhecidas por sua contribuição para o mercado de trabalho e as atividades domésticas, um duplo envolvimento, que é particularmente valorizado em momentos difíceis, contrabalançando as deficiências e desequilíbrios institucionais assegurando simultaneamente o desenvolvimento social e econômico.

Um novo consenso global reconhece que a maioria das pessoas espera poder cuidar de crianças e outras pessoas dependentes, enquanto continuam com suas carreiras profissionais. Eles têm expectativas de sustentar este compromisso duplo sem questionar a divisão sexual de trabalho existente e as atividades de reprodução associadas, que hoje, como sempre, supõem que as mulheres assumirão a responsabilidade primária com relação às

>>

atividades domésticas. Assim, quase todos os países concordam agora que devem ajudar os pais a atender a esses dois objetivos e tornar o equilíbrio entre trabalho e família uma questão importante para os indivíduos, assim como para a sociedade.

À primeira vista, os diagnósticos públicos parecem neutros com relação a sexo: o objetivo é permitir que todos possam trabalhar para ter uma renda. Em todos os países onde o estado de bem-estar é forte (assim como em todos os países onde esses programas estão em construção), vemos uma expansão sem precedentes de políticas sociais que visam conciliar as obrigações profissionais e familiares - de reformas dos sistemas fiscais e de benefícios à melhoria da gestão dos sistemas de cuidados com crianças, bem como o incentivo de práticas que visam um melhor equilíbrio entre vida profissional e familiar, em termos de organização do trabalho.

No entanto, em todos os países em questão, uma mudança está ocorrendo na implementação de políticas públicas. Apesar da retórica neutra do ponto de vista de gênero, as medidas estabelecidas nas agendas políticas (ou dentro de empresas) estão perdendo sua *neutralidade* na prática. As licenças parentais e familiares para todos se tornam formas privilegiadas de apoio às mães que trabalham; redução do tempo de trabalho para todos é diluída através de uma explosão de trabalho a tempo parcial para as mulheres; o comprimento de uma licença maternidade que deveria incluir ambos os pais é julgada em termos de seu impacto sobre o bem-estar das mulheres e das crianças etc. Em outras palavras, em sua essência, estas políticas não são dirigidas aos homens nem aos pais, mas às mulheres, como mães reais ou em potencial. Em outubro de 2014, por exemplo, Facebook e Apple

admitiram francamente oferecer às funcionárias "lidando com a concorrência dos homens e um mercado de trabalho cada vez mais competitivo" a opção de congelar seus óvulos para que elas possam considerar ter filhos uma vez que suas carreiras estejam consolidadas.

Em parte, esse padrão reflete a resistência à mudança nos padrões familiares - mudanças que ocorrem apesar das medidas para ajudar os pais que trabalham. Além disso, a manutenção do emprego das mães - quando a maioria das mães assume uma "dupla jornada" de trabalho e de apoio à família - torna-se um verdadeiro problema político, provocando perguntas sobre se as exigências de que as mulheres priorizem seu trabalho "fora da produção" é fisicamente ou psiquicamente sustentável, e se estas práticas transgridem ideais de justiça social.

A batalha para conciliar vida profissional e familiar ainda está longe de ser vencida. Começamos com questões gerais (como ajudar os pais a equilibrar trabalho e vida familiar), mas oferecemos apenas soluções parciais (esperando aumentar a renda das mães sem alterar a divisão sexual do trabalho).

Para avançar, a mobilização deve começar a partir da crítica e reconstrução das bases organizacionais e institucionais das sociedades com base em salários do século 19 e os estados de bem-estar do século 20. Devemos questionar arranjos sociais estabelecidos e desconstruir a naturalidade das práticas decorrentes destes arranjos. Devemos questionar contratos sociais que envolvem as relações de gênero: a ideia de um mundo centrado na produção, a hipótese de uma figura atomizada do produtor apoiado por um prestador de cuidados, o modelo de

um homem provedor para a família, o pacto androcêntrico da solidariedade. Precisamos desconstruir a partição social das atividades produtivas e reprodutivas, e a atribuição de gênero de sua execução.

Se levarmos a sério essas proposições, podemos então começar a considerar uma sociedade alternativa, começando com novos quadros de referência que já não tratam atividades fora do emprego socialmente úteis como secundárias. Poderíamos começar a transformar a sociedade salarial em uma "sociedade multi-ativa." O emprego seria re-imaginado em relação a outras atividades julgadas merecedoras de apoio em termos de investimento social, sem que qualquer uma dessas atividades fosse hegemônica ou reservada para homens ou mulheres. Inatividade ou não-trabalho se tornaria incomum e a articulação trabalho-família não seria mais um fardo de responsabilidade principalmente das mulheres.

Esta transformação exige a construção progressiva de um novo regime de atividades, em que o status de ser "ativo" deixaria de ser definida em termos de uma noção restritiva de emprego, mas sim com base em uma noção mais abrangente do trabalho, incluindo o trabalho de cuidado e trabalho civil. A partir desta perspectiva, a sociedade já não se concentraria no trabalho remunerado e ignorando as formas de trabalho não-mercantis; em vez disso, gostaríamos de avançar no sentido de uma concepção ampla de trabalho, enfatizando e reconhecendo a utilidade de todas as atividades que contribuem para o bem-estar e bem comum. ■

Contato com Bernard Fusulier
<bernard.fusulier@uclouvain.be>
e Chantal Nicole-Drancourt
<drancourtchantal@hotmail.com>

> Negociando doenças crônicas no trabalho

Por **Anne-Marie Waser, Dominique Lhuillier, Frédéric Brugeilles, Pierre Lénel, Guillaume Huez, Joëlle Mezza, e Cathy Hermand**, Conservatoire national des arts et métiers, Paris, França

Na França, manter a população em idade ativa empregada tornou-se um assunto de preocupação por duas razões: esta população está envelhecendo e percentagens maiores foram diagnosticadas com doenças crônicas, particularmente câncer. Programas gerais de detecção têm aumentado o número de casos diagnosticados por ano, enquanto que o progresso da medicina, detecção precoce e tratamentos mais eficazes, com menos efeitos colaterais têm transformado várias condições previamente mortais em doenças crônicas. Na França, quase 15 milhões de jovens foram diagnosticados com uma doença crônica, cerca de 20% da população em idade tiva.

Associações de pacientes têm levantado preocupações sobre o apoio às pessoas que vivem com doenças ou deficiências por um longo tempo. No entanto, as agências encarregadas de desenvolver pesquisas sobre diversas doenças (hepatite, HIV, câncer, esclerose múltipla, diabetes, entre outras) começaram recentemente a solicitar pesquisa qualitativa em ciências sociais. Especificamente, eles estão interessados em saber mais sobre as pessoas que retomar o trabalho depois de uma licença médica, além de a forma como eles continuam empregados. Dentro deste contexto, foi desenvolvido um projeto de pesquisa-ação que reúne psicólogos e sociólogos para: a) compreender as condições em que uma pessoa diagnosticada com uma doença retorna ao trabalho e continua empregada; e b) intervir para oferecer recursos individuais e coletivos que favoreçam o

seu emprego.

Este projeto de pesquisa-ação foi realizado em três grandes empresas francesas. Ao longo de dois anos e meio, estudamos os grupos de pessoas diagnosticadas com doenças específicas que desejavam voltar a trabalhar ou exercer qualquer atividade que gostam de fazer e que pode ou não fornecer recursos monetários (cuidado, ensino, trabalho voluntário na comunidade etc.). Para examinar as suas condições sociais, foram considerados três níveis hierárquicos de nosso estudo: a) as práticas de gestão de recursos humanos relacionados à saúde no local de trabalho e as questões sociais; b) equipes de nível intermediário que geriram casos individuais de licença por doença, fadiga crônica, deficiência temporária ou permanente; c) trabalhadores que retornaram ao trabalho após um diagnóstico, bem como os seus colegas. Foram analisados todos os elementos identificados por esta população como relevantes para explicar o impacto de uma doença sobre a vida profissional, a vida familiar, ambiente, comunidade, entre outros. Mais especificamente, indagamos sobre os obstáculos que enfrentam, os recursos empregados para enfrentar esses obstáculos, e em que condições estes recursos poderiam ser usados.

Nossa pesquisa não se limitou aos empregados com uma doença ou deficiência declarada. Nós tentamos comparar os recursos disponíveis para os funcionários que não tinham declarado a sua doença para colegas de trabalho ou supervisores com os trabalhadores que haviam solicitado e ob-

“apenas 2,5 milhões de pessoas solicitam certificados de doença, embora cerca de 9,9 milhões poderiam fazê-lo”

tido as compensações de deficiência. A fim de obter esses benefícios sociais, estes solicitavam um certificado de doença de uma agência encarregada de avaliar as reivindicações. É importante ressaltar que a maioria dos trabalhadores na França que têm uma doença crônica ou deficiência não solicita esses benefícios. Na verdade, apenas 2,5 milhões de pessoas solicitam certificados de doença, embora cerca de 9,9 milhões poderiam fazê-lo. Buscou-se compreender as consequências de declarar uma doença, bem como as razões pelas quais a maioria pode abster-se de fazê-lo.

Os resultados mostraram que as compensações autorizadas para uma doença ou deficiência certificada podem carregar um estigma ou serem percebidas como injustas. Emitidas por comissões de especialistas interdisciplinares, essas compensações são muitas vezes bastante rígidas, enquanto que doenças podem ser mais flexíveis. Eles são muitas vezes incompreendidos no ambiente de trabalho, enquanto colegas de trabalho e supervisores são consideravelmente excluídos da negociação do tipo, variação e duração de uma compensação. Além disso, há um segundo obstáculo à implementação destas medidas de compensação: os recursos humanos ou serviços de saúde as impõem de cima para baixo, com um conhecimento apenas parcial das condições reais de trabalho. Assim, estas medidas muitas vezes ignoram os arranjos informais entre colegas de trabalho, que são desenvolvidos de acordo com a administração e que podem oferecer mais flexibilidade. Com base no princípio da reciprocidade, todos os arranjos locais que analisamos produzem menos tensão no local de trabalho do que dis-

posições impostas sem negociação prévia. Além disso, nos casos de reciprocidade que observamos envolviam tanto atividades individuais quanto coletivas. Em suma, arranjos locais foram fundamentados em contextos específicos.

Nosso estudo descobriu que as compensações de sucesso - aquelas percebidas pelos atores sociais como justas e que perduraram para além de uma licença doença- têm várias características: são híbridas de medidas legais e arranjos locais; elas são articuladas por aqueles que encontram dificuldades no local de trabalho; e a compensação é elaborada conjuntamente. Estes atores sociais falaram em favor de compensações para qualquer deficiência e para qualquer funcionário. Eles questionaram alguns certificados de especialistas de doenças que oferecem direitos, mas que foram percebidos como um meio de tirar proveito de uma doença. Ao todo, as ações realizadas dentro das empresas procuraram criar condições locais de reciprocidade entre os que oferecem e os que recebem o auxílio que vão além da solidariedade, boa vontade, assistência mútua e compensação da deficiência. Descobrimos que as organizações de pacientes deram oportunidades reais para os participantes de começar a transformar suas condições de trabalho. Finalmente, eles também permitiram aos indivíduos que se reapropriassem do significado de estar doente, para restabelecer uma identidade e levar situações individuais para o reino dos direitos coletivos. ■

Contato com Anne-Marie Waser <anne-marie.waser@cnam.fr>

> Celebrando a democracia na Indonésia

Por **Lucia Ratih Kusumadewi**, Universidade da Indonésia, Depok, Indonésia, Membro das Comissões de Pesquisa da ISA de Sociologia da Religião (RC22) e Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47)



Os defensores da equipe presidencial de Joko Widodo e Jusuf Kalla organizar sua campanha em Jacarta.

“**S**audações! Dois dedos! Não se esqueça de votar para Jokowi!”. Slank, uma famosa banda de rock, cantou com alegria e júbilo em apoio ao candidato presidencial da Indonésia Jokowi e seu companheiro de chapa como vice-presidente, Jusuf Kalla, no estádio Bung Karno de Jacarta, em 05 de julho de 2014. A eles se juntaram dezenas de milhares de companheiros partidários: homens e mulheres, jovens e velhos, ricos e pobres, que cantaram juntos durante o show gratuito. Alguns momentos depois, o homem que eles estavam esperando apareceu: Jokowi subiu no palco e cumprimentou seus par-

tidários. A atmosfera ficou elétrica e clamorosa, quando as multidões em todo o estádio gritaram “Jokowi! Jokowi!”, erguendo dois dedos.

Neste ano, pela primeira vez, as eleições na Indonésia foram transformadas em uma “verdadeira festa para a democracia popular.” O entusiasmo era impossível de ser parado, enquanto inúmeras pessoas participaram de uma campanha vigorosa, engajando-se em atividades que variaram desde a organização de atividades de campanha para levantar mais de 295 bilhões de rúpias em doações. No dia da eleição, de-

>>

pois de uma campanha política vigorosa em que se rejeitou o tipo de política de dinheiro que havia sido anteriormente aceita como prática normal, as pessoas trabalharam juntas para acompanhar as eleições e para evitar fraudes.

Esse é o rosto da emocionante nova democracia da Indonésia: houve mudanças significativas, de uma democracia carregada com política corrupta e políticos sedentos de poder que muitas vezes recorreram a práticas desviantes, às reformas democráticas radicais destinadas a estabelecer uma democracia mais civilizada e humana. Durante as recentes eleições na Indonésia, a mobilização política baseada em transações praticada com frequência pelas elites dos partidos políticos perdeu popularidade e parece à beira de se tornar obsoleta. Em seu lugar, temos testemunhado o nascimento de uma nova cultura política, baseada na participação voluntária.

O que causou essa mudança? Poucos observadores teriam previsto a “inversão”, que parecia acontecer tão de repente, especialmente após a longa história da Indonésia de política corrupta. Claramente, o “Efeito Jokowi” tem sido um fator importante para colocar as coisas em movimento, mas as circunstâncias particulares parecem ter iniciado os ventos da mudança. Em certo momento, o universo parecia dizer “Este é o momento” - um momento em que os anseios de mudança foram respondidos, e frustração e desgosto com relação ao caos contínuo, corrupção e oligarquia política atingiram um clímax.

Joko Widodo, mais conhecido como Jokowi, tornou-se cada vez mais popular nos últimos dois anos. Um empreendedor que começou sua carreira política em 2005 como o prefeito de Solo, uma das principais cidades da Java Central, Jokowi é conhecido como um homem honesto e trabalhador, de uma origem modesta. Ele também é querido por sua abordagem humanística na implementação de políticas governamentais, a limpeza de corrupção em seu município e por ter trabalhado duro para transformar a cidade de Solo em um centro de turismo e cultura. Em 2013, Jokowi foi nomeado o terceiro melhor prefeito do mundo pela *Fundação City Mayors*, e, em 2014, o nome de Jokowi foi listado no da revista *Fortune* “50 maiores líderes mundiais.”

O sucesso da Jokowi em Solo deu partida a sua carreira política. Apoiado pelo Partido Democrático Indonésio de Luta (PDI-P) - principal partido de oposição do país -, em 2012 ele foi eleito governador da capital da Indonésia, Jakarta. Juntamente com o vice-governador Tjahaja Basuki Purnama (Ahok), também conhecido por sua integridade, Jokowi implementou vários novos programas, incluindo

programas de controle de inundações e congestionamento de tráfego - problemas que anteriormente não haviam sido levados a sério nesta mega-cidade em expansão. Além de controlar o rio e melhorar os transportes públicos, Jokowi e Ahok também reformaram o planejamento urbano, saúde e educação em Jacarta.

À medida que a eleição presidencial se aproximava, o PDI-P lançou Jokowi como seu candidato presidencial. Ele foi emparelhado com Jusuf Kalla (JK), um político sênior do Partido Golkar e ex-vice-presidente. A visão de Jokowi para a Indonésia foi apresentada como um convite para iniciar uma “Revolução Mental”, como Jokowi convidou o povo da Indonésia para se juntar aos seus esforços. Anti-corrupção e transparência, a ajuda mútua, a criatividade, independência e valorização das diferenças são alguns dos valores fundamentais que sustentam a Revolução Mental.

Uma vez que Jokowi e JK foram apresentados como uma equipe, as pesquisas mostraram apoio que continuava a crescer, especialmente dos ativistas pró-democracia, acadêmicos, músicos e artistas, jovens, estudantes, empresários e classes populares. Estes adeptos trabalharam em comunidades voluntariamente, de boa vontade e não remunerados; alguns até gastaram dinheiro a partir de seus próprios bolsos. Por outro lado, seus adversários políticos, Prabowo e Hatta, foram apoiados principalmente por grupos em busca de poder e dinheiro, os grupos reacionários e políticos corruptos.

Em 22 de julho de 2014, a Comissão Geral de Eleições declarou finalmente vitória para Jokowi-JK, que conquistou 53,1% dos votos. Os adversários, Prabowo-Hatta, foram declarados derrotados com 47,8% dos votos. Muitos analistas descrevem isso como uma vitória do povo, observando que a vitória de Jokowi-JK não está diretamente relacionada ao apoio de partidos políticos. Os apoiadores de Jokowi-JK eram predominantemente não-partidários: a maioria não eram filiados a um partido político particular, e muitos não tinham participado ativamente nas eleições anteriores.

Hoje, temos uma nova esperança para uma democracia saudável e uma política de dignidade para o povo indonésio. A nova cultura de participação voluntária das últimas eleições pode vir a ser um embrião de reformas democráticas mais amplas e um primeiro passo para a transformação social na Indonésia. ■

Contato com Lucia Kusumadewi <lucia.ratih@ui.ac.id>

> Tornando o Ensino Superior indonésio corporativo

Por **Kamanto Sunarto**, Universidade da Indonésia, Depok, Indonésia, Membro das Comissões de Pesquisa da ISA em Sociologia da Educação (RC04) e História da Sociologia (RC08)



Estudantes em Jacarta protestam contra a regulação neoliberal da educação.

Após o movimento de reforma indonésio que terminou com 32 anos de regime militar autoritário em 1998, o Estado introduziu reformas educacionais muito contestadas. Desde 2003, a criação do Tribunal Constitucional abriu um novo espaço onde a sociedade poderia desafiar as leis que considera inconstitucional, e ao longo da última década, os prestadores de ensino, estudantes e grupos da sociedade civil trouxeram processos judiciais sobre as novas leis de educação.

Em 1999, o governo emitiu uma regulamentação governamental que permitiu a concessão privada de cer-

tas instituições públicas de ensino superior. Entre as razões apresentadas para as mudanças estavam a concessão de maior autonomia para aumentar a competitividade nacional em resposta à forte concorrência causada pelos processos de globalização. Por conseguinte, entre 2000 e 2010, o governo permitiu a concessão de seis universidades públicas e dois institutos públicos.

A privatização das universidades e dos institutos públicos desencadeou fortes reações do público, especialmente de pais e alunos. No passado, as taxas escolares para as instituições públicas de ensino superior foram rigidamente controladas pelo gov-



erno. Como as instituições de ensino superior públicas continuaram a se expandir, o financiamento do governo já não podia manter-se com o aumento dos custos educacionais; assim, as taxas se tornaram uma fonte cada vez mais importante de receitas. Aumentos periódicos nas taxas de inscrição tornaram-se comuns.

Os estudantes de instituições públicas de ensino superior contestaram no passado os preços das taxas em seus campi, através de vários meios como manifestações nos campi e de rua, movimentos de ocupação, petições, debates públicos, críticas através dos meios de comunicação e, mais recentemente, através da mídia social. Muitos estudantes se opuseram à privatização das instituições de ensino superior públicas, temendo as taxas mais elevadas e uma comercialização mais geral da educação que efetivamente iria evitar a admissão dos estudantes carentes. Na maioria das vezes, no entanto, esses protestos foram em vão, enquanto autoridades do campus mantiveram-se firmes, sabendo que podiam contar com o apoio do governo.

Em 2003, o Estado emitiu uma nova lei que, entre outras coisas propôs a concessão de todas as instituições educativas - formais e não-formais, em todos os níveis do berçário ao ensino superior, tanto públicas como privadas. A lei de concessão de instituições de ensino foi posteriormente promulgada em 2009.

Estas duas novas leis alarmaram as fundações privadas que geriam as instituições de ensino já existente, porque os seus controles seriam reduzidos significativamente. Em 2006, dezesseis organizações privadas e não-governamentais pediram ao Tribunal para conduzir uma revisão judicial da lei de 2003, em particular o artigo sobre as concessões. O pedido foi rejeitado, no entanto, porque a lei ainda não tinha sido promulgada.

Os pais, estudantes e organizações

da sociedade civil também começaram a solicitar revisões judiciais porque estavam interessados em garantir educação pública gratuita e evitar a privatização do ensino superior público que, na sua opinião, levaria à mercantilização. Eles argumentaram que a educação era um bem público, e que todo o custo da educação era de responsabilidade do Estado; eles consideravam qualquer tentativa de transferir a carga de custos de educação para a sociedade como inconstitucional.

Em 2009, organizações privadas e não-governamentais, juntamente com estudantes, professores, professores, pais e estudiosos de várias regiões entraram com cinco pedidos separados de revisão das leis de 2003 e 2009. O seu esforço valeu a pena: o Tribunal revisou uma série de artigos na lei de 2003 e descartou toda a lei de 2009.

Na maioria dos casos, estes desafios a aspectos específicos da reforma educacional em geral revelavam o lugar social específico dos desafiantes. As organizações que administram entidades educativas estavam interessadas na sustentabilidade das suas instituições privadas de ensino; elas se opuseram às leis de concessão porque perderiam o controle sobre suas instituições de ensino e iriam enfrentar incertezas jurídicas. Depois de concedidos os seus pedidos por revisão da lei de 2003 e da lei de 2009, a sua resistência à concessão das instituições de ensino terminou.

Depois que a lei de 2009, foi declarada não vinculativa, no entanto, o Estado promulgou em 2012 uma nova lei sobre o ensino superior proporcionando uma nova base jurídica para a concessão pública das instituições públicas de ensino superior. Em 2013, estudantes de direito de graduação de uma universidade pública solicitaram ao Tribunal de Justiça que analisasse seis artigos da lei de 2012; no entanto, seus pedidos foram rejeitados.

O que os alunos, pais, estudiosos interessados e organizações da sociedade civil alcançaram com os seus pedidos de revisões judiciais? Embora a lei de 2003 tenha sido modificada e a lei 2009 desmantelada, os seus objetivos - educação gratuita e de prevenção da empresarialização das instituições públicas de ensino superior - não foram atingidos. Tomados em conjunto, as decisões do Tribunal significaram que:

1. Os alunos de instituições públicas de ensino superior têm de pagar taxas escolares, sujeitas a controles governamentais;
2. As instituições de ensino superior públicas são obrigadas a destinar pelo menos 20% dos assentos disponíveis para candidatos de alto desempenho, mas economicamente carentes; porém, não são obrigadas a alocar mais de 20%;
3. As instituições de ensino superior públicas podem utilizar diferentes sistemas de admissão de alunos; o Tribunal conectou essas decisões a ações afirmativas, enquanto os estudantes tendem a ver esta política como a comercialização;
4. A concessão das instituições de ensino superior públicas elegíveis agora continua sem oposição.

Alunos, pais e ativistas da sociedade civil esgotaram todas as suas opções para garantir ensino superior público e gratuito, porque as decisões do Tribunal Constitucional não podem ser objeto de recurso. Sua derrota desmoralizou o movimento e, atualmente, não existem iniciativas para se opor à mercantilização do ensino superior. No entanto, os estudantes em várias instituições de ensino superior públicas ainda contestam as taxas que são injustas para as famílias de baixa renda, mas o objeto de sua contestação é agora a sua própria instituição e não o Estado.

Contato com amante Sunarto
<kamantos@yahoo.com>

> Movimentos Trabalhistas e políticas para a classe trabalhadora na Indonésia

Por **Hari Nugroho**, Universidade da Indonésia, Depok, Indonésia, Membro do Comitê de Pesquisa de Movimentos Trabalhistas da ISA (RC44) e Movimentos Sociais, Ação Coletiva e Mudanças Sociais (RC48)



Passeata de trabalhadores no Primeiro de Maio em Jacarta, pedindo solidariedade da classe trabalhadora.

Depois de um longo período de ausência da arena política, o movimento operário na Indonésia parece à beira de um novo ativismo político. Em 2014, diversos dirigentes sindicais foram eleitos para o parlamento em nível distrital durante a eleição geral. Essa conquista é histórica, já que não houve uma verdadeira representação da classe trabalhadora no parlamento nacional e local da Indonésia nos últimos 50 anos. O debate sobre a expansão da luta dos trabalhadores para além do local de trabalho para a arena

mais ampla também tem avançado, com diversas experiências sociais e políticas ao longo da última década. Podemos agora perguntar: o movimento sindical pode transformar as políticas de classe na Indonésia?

A liberalização econômica e a democratização em curso desde a queda do regime autoritário, em 1998, geraram novos desafios e um padrão diferente de conflito industrial. O controle do Estado foi substituído pelo controle do mercado. O poderoso e instável capital em um mercado global altamente competitivo torna-se o “novo adversário”, a nova ameaça para o desenvolvimento sindical. A base dos novos sindicatos já está sendo corroída pela flexibilização excessiva do mercado de trabalho - mesmo antes desses novos



sindicatos recuperarem-se do colapso do Estado corporativista de Suharto.

As condições atuais estimulam aos sindicatos que se concentrem na antiflexibilização. As agendas tradicionais envolvendo aumentos de salário, a liberdade de associação e resistência a demissões também fazem parte desse novo quadro. Os sindicatos atacam o Estado por suas políticas trabalhistas liberalizantes e as empresas pela imposição de condições de trabalho precárias (Juliawan, 2011). Os sindicatos, por isso, fazem campanha por um sistema de segurança social mais eficaz que compensaria as inseguranças do emprego e o aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores. O movimento sindical tem estado no centro das demandas para transformar o sistema de bem-estar social, criando assim um eleitorado muito mais amplo em meio à perda de milhares de membros do sindicato.

Ampliar o eleitorado do movimento operário apresenta novos desafios, no entanto, particularmente à medida que os sindicatos tentam obter apoio social e político mais amplo para lidar com as agressivas pressões do mercado. Embora muitos sindicatos permaneçam conservadores, uma série de sindicatos locais filiados a sindicatos nacionais progressistas têm perseguido duas estratégias. A primeira envolve criar lideranças, especialmente dentro de comunidades operárias, mas também a construção de relações com diferentes grupos, incluindo camponeses e vendedores ambulantes. A segunda estratégia consiste em tomar parte na política eleitoral. Aqui, o objetivo é a construção de representação nos parlamentos locais, abrindo um caminho para a representação nacional, a fim de influenciar o processo de decisão política. Participar na política eleitoral também é considerado como um veículo para o estabelecimento de uma base mais ampla de apoio aos sindicatos.

O padrão de conflito industrial e a transformação do sindicalismo na era pós-Suharto pode ter estimulado um crescente e mais consolidado movimento de classe trabalhadora, mas os ganhos nunca estão assegurados (Hadiz, 2001). Por exemplo, dois líderes de um sindicato progressista na região industrial do Bekasi, perto de Jacarta, fizeram uma campanha bem-sucedida para assentos eleitorais locais em 2014. Essa foi uma experiência bem sucedida, uma vez que eles ganharam por meio do apoio organizado de membros militantes. Após a sua vitória histórica, os líderes do sindicato nacional tomaram uma posição controversa na eleição presidencial de 2014 - mobilizando os membros do sindicato para apoiar o candidato presidencial que tinha participado do regime autoritário de Suharto e que foi apoiado, em grande parte, por partidos políticos islâmicos sem raízes políticas na classe trabalhadora. Isso tem levantado questões importantes sobre o interesse dos líderes nacionais dos sindicatos na política de classe.

Enquanto isso, a maioria das outras experiências sindicais na política eleitoral fracassou, não conseguindo ganhar votos significativos até mesmo das comunidades de trabalhadores. Muitos daqueles que ganharam assentos eleitorais não usaram seu próprio sindicato como uma base política, beneficiando-se, em vez disso, de outras máquinas partidárias. Em vez de construir uma política da classe trabalhadora, esses políticos lidam com a pragmática da política do dinheiro e competindo com poderosas ideologias religiosas.

Uma situação semelhante é encontrada nos esforços para ampliar o eleitorado das comunidades em torno de movimentos comunitários. Embora alguns sindicatos tenham sido bem-sucedidos no estabelecimento de amplas redes sociais e na troca de apoio político, eles até o momento não conseguiram estabelecer um interesse comum estratégico. Cada grupo no interior da rede tende a permanecer dominado pelos seus próprios horizontes estreitos; o apoio é simplesmente trocado entre grupos específicos, sem a construção de um interesse de classe comum, mesmo entre os trabalhadores. Da mesma forma, o sucesso na promoção de um sistema nacional de segurança social que una a classe trabalhadora a grupos sociais mais amplos não pode ser considerado como o triunfo da política de classe: isso reflete uma coalizão de cidadãos entre classes, em vez de interesses da classe trabalhadora em si.

Embora existam pontos positivos, o atual desenvolvimento do movimento operário indonésio é prejudicado pela vulnerabilidade da sua base social. Apesar da geração mais jovem - que compõe a maior parte da força de trabalho e é a mola principal por trás do movimento trabalhista em vigor - nunca ter vivido sob o regime autoritário. Em vez disso, eles viveram uma longa história de despolitização (Caraway et al., 2014). Os conflitos industriais, os movimentos sociais e a construção da consciência coletiva através desses processos não são suficientes para forjar um movimento político resistente baseado na classe. Além disso, os interesses entre classes, bem como outras identidades, tais como as religiosas, são rivais poderosos para a fidelidade dos trabalhadores.

Contato com Hari Nugroho <hari.nugroho@ui.ac.id>

Referências

- Caraway, T. L., Ford M., Nugroho H. (2014) "Translating membership into power at the ballot box? Trade union candidates and worker voting patterns in Indonesia's national elections," *Democratization*.
<http://dx.doi.org/10.1080/13510347.2014.930130>
- Hadiz, V. R. (2001) "New Organising Vehicles in Indonesia: Origins and Prospects," in Jane Hutchison and Andrew Brown (eds.) *Organising Labour in Globalising Asia*. London and New York: Routledge.
- Juliawan, B. H. (2011) "Street-level Politics: Labour Protest in Post-authoritarian Indonesia," *Journal of Contemporary Asia*, 41(3): 349-370.

> Quando a Religião se torna identidade legal

Port **Antonius Cahyadi**, Universidade da Indonésia, Depok, Indonésia, Membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia da Religião da ISA (RC22) e do Grupo Temático em Direitos Humanos e Justiça Global da ISA (TG03)



O cartão de identidade indonésio, que inclui identificação religiosa.

No final da era Suharto (década de 1990), a esfera pública indonésia foi marcada por um sentimento de intolerância religiosa e racial. Ser um não-muçulmano ou um chinês e, portanto, ser percebido como um indonésio não-nativo era difícil naquela época. Essas questões sensíveis estavam em jogo nas rebeliões de 1998 que desencadearam a “Reforma”, que trouxe a Nova Ordem de Suharto ao seu fim.

A discriminação racial contra os indonésio-chineses - estipulada como política de governo em 1967, quando Suharto começou a governar a Indonésia - foi proibida em 2000 por Abdurrahman Wahid, o quarto presidente da Indonésia. O confucionismo, que é visto como a religião tradicional do indonésio-chinês, foi reconhecido como uma das religiões oficiais do país em 2006. Embora o sentimento racial tenha sido moderado ao longo da última década, o sentimento religioso e o preconceito persistem. A questão é tão sensível que as pessoas evitam falar de religião no discurso público

racional e crítico. A política faz a religião ser intocável..

Ao longo da história da Indonésia, a religião tem sido usada na política, atingindo seu auge na burocratização da identidade legal religiosa na década de 1970. Na era das Índias Orientais Holandesas (a partir do início do século XIX até 1942), a religião, especialmente o Islã, era considerada uma ameaça política, porque poderia mobilizar uma inquietação civil. O governo colonial holandês deixou o “Islã religioso” crescer, mas reprimiu o Islã como uma identidade política. Políticas similares suprimiram atividades políticas por grupos religiosos autóctones locais. As expressões religiosas se limitaram à esfera dos assuntos pessoais.

Sob o colonialismo japonês (1942-1945), o Islã tornou-se uma estratégia de guerra. Os japoneses mobilizaram o sentimento anti-holandês entre a maioria muçulmana da Indonésia, criando uma unidade especial da administração do Estado para controlar e facilitar um movimento islâmico;



na Indonésia independente, este se tornaria o Ministério de Assuntos Religiosos.

Durante o período de início da independência da Indonésia (1945-1959), os grupos que se identificavam como parte de um amplo movimento islâmico afirmavam que tinham contribuído para a independência da Indonésia e argumentavam que a Indonésia deveria tornar-se um Estado islâmico. Por outro lado, grupos nacionalistas seculares, incluindo muçulmanos e não-muçulmanos, insistiam que a Indonésia deveria ser um Estado para todas as religiões.

Um compromisso entre esses dois grupos foi consagrado na Constituição Indonésia de 1945 (artigo 29). A Indonésia não era um Estado laico, porque se baseava na crença de um deus todo-poderoso, mas não especificou qualquer credo religioso. Além disso, o novo Estado garantiria a liberdade religiosa. Mas o compromisso também criou um Ministério de Assuntos Religiosos em 1946, um passo projetado para acomodar os grupos islâmicos.

Na era da “democracia guiada” de Sukarno (1959-1965), houve uma polarização entre grupos religiosos e grupos não-religiosos, com grande tensão entre os grupos religiosos (muçulmanos e católicos), de um lado, e os comunistas, por outro. A facção nacionalista de Sukarno, inclinada ao socialismo, tendia a ser mais neutra em termos de religião. A fim de fazer com que os grupos religiosos se sentissem protegidos de ataques dos ateus e comunistas, e para ganhar o apoio de grupos religiosos, Sukarno introduziu uma lei anti-blasfêmia em 1965, relativa à “Prevenção de Blasfêmia e Abuso de Religiões”. Mais tarde, essa lei inesperada serviu como base para a fase seguinte da islamização, uma vez que foi usada contra pessoas que eram vistas como agindo contra a religião (especialmente o Islã).

Durante a era Suharto (1966-1998), a religião tornou-se excessivamente burocratizada. A lei anti-blasfêmia serviu como a guardiã da posição da religião no domínio público. Sob essa lei, a administração Suharto reconheceu várias religiões oficiais para o Estado (islamismo, protestantismo, catolicismo romano, budismo e hinduísmo), excluindo o confucionismo e as crenças locais.

Desde a era Suharto, os cidadãos indonésios tiveram de declarar sua religião oficialmente em suas carteiras de identidade. Efetivamente, o Ministério de Assuntos Religiosos servia como um órgão executivo para o exercício do

poder de governo do Estado. Além disso, a lei do casamento, que foi promulgada em 1974, intensificou o poder da religião na administração do Estado: aderir a uma das religiões oficiais do país era necessário para a obtenção de certificados de casamento e nascimento. Enquanto isso, a Lei do Tribunal Religioso de 1989 estabeleceu um profundo poder da religião na estrutura administrativa da Indonésia através do Poder Judiciário. A religião se tornou uma identidade legal. O Ministério da Religião fortaleceu o poder da religião, dando-lhe uma base burocrática; ela penetrou na administração do Estado, diferenciando os cidadãos. Foi assim que Suharto colocou a religião sob sua asa.

Com a Reforma (após a renúncia de Suharto, em 1998), a esfera pública da Indonésia tornou-se um local de contestação para muitos grupos (religiosos, étnicos, comunidades locais e territoriais), buscando atenção pública e o reconhecimento por parte do Estado. Na época da Reforma, surgiram novos movimentos islâmicos de expressão política, por exemplo, nos conflitos religiosos que eclodiram em Molucas, em 1999. Esse surto de conflitos religiosos levou a uma nova tolerância em relação às religiões não reconhecidas (não oficiais) e a “outros islâmicos” (identidades Ahmadiyah e xiitas, assim como a maioria sunita), a terem representação na cena pública. Junto com o reconhecimento do confucionismo e das crenças locais, foram autorizados grupos religiosos não reconhecidos anteriormente para registrar seus casamentos desde 2006. As pessoas podem agora deixar “religião” em branco em suas carteiras de identidade, mesmo que eles não pertençam a uma das religiões oficiais.

No entanto, a religião muitas vezes ganha disputas políticas, sugerindo que o sentimento e os laços religiosos permanecem mais fortes do que qualquer outra filiação sociocultural. O sentimento religioso na esfera pública da Indonésia não é simples. Mas é evidente que, quando a religião se torna uma identidade legal, a religião é arregimentada como um instrumento do Estado, explorada pelo governante para supervisionar os governados. Através de órgãos administrativos estatais da Indonésia e de seu poder judicial, a autoridade religiosa tem sido cooptada pelo Estado, e tem reforçado seu poder sobre a vida cotidiana das pessoas. Em uma forma tão organizada, a religião se torna uma questão administrativa, ameaçando sua espiritualidade. ■

Contato com Antonius Cahyadi <antonius.cahyadi@ui.ac.id>

> Estimulando a mobilidade ascendente na Indonésia

Por **Indera Ratna Irawati Pattinasarany**, Universidade da Indonésia, Depok, Indonésia, Membro dos Comitês de Pesquisa da ISA em Sociologia da Educação (RC04) e Estratificação Social (RC28)



A estratificação social em uma movimentada rua de Jacarta.

A Indonésia experimentou uma tremenda recuperação econômica após a crise financeira asiática de 1997, passando de um país de baixa renda média até entrar para o grupo do G-20. Além disso, a Indonésia atingiu estabilidade política, econômica e financeira, e se tornou uma das maiores democracias do mundo (Banco Mundial, 2014a). Apesar de um crescimento impressionante, a desigualdade também está aumentando, como evidenciado no coeficiente de Gini da Indonésia, que passou de 0,33, em 1999, para 0,41, em 2011. Esse aumento da desigualdade poderá levar a uma redução mais lenta da pobreza, a uma desaceleração do

crescimento econômico e ao aumento do conflito e da tensão social. Além disso, a desigualdade reflete e cria injustiça no acesso aos serviços públicos: uma criança dos dez por cento mais pobres da população tem uma probabilidade de 43% de ser atrofiada fisicamente; em comparação, uma dos dez por cento mais ricos tem uma chance de apenas 14%. Da mesma forma, a probabilidade de abandonar a escola é muito maior para as crianças de famílias mais pobres: 71% nos dez por cento mais baixos vai deixar a escola cedo, em comparação a 26% do topo (Banco Mundial, 2014b).

Por muitos anos, a desigualdade na Indonésia tem sido mais evidente na desigualdade de oportunidades de mobilidade social ascendente. Quais pessoas são mais bem sucedidas na melhoria da sua posição social, e quais os fatores que produzem a mobilidade social ascendente? Minha pesquisa analisou as desigualdades nas áreas urbanas de duas províncias, a oeste e a leste de Java, com base nos dados longitudinais compilados pela Pesquisa Indonésia da Vida Familiar (IFLS) 1993-2007. A amostra inclui 1.177 homens e mulheres com idade entre 20 e 64 anos.

As oportunidades de mobilidade social ascendente na Indonésia urbana são maiores para os indivíduos das classes sociais mais elevadas do que para os das classes baixas indonésias (Pattinasarany, 2012). Os dados mostram cerca de 27% de mobilidade social das classes baixas para as classes médias em comparação com 45% das classes médias para as classes mais altas. Na verdade, as oportunidades de mobilidade social quase não existem nas classes mais baixas. Na Indonésia, como em grande parte do mundo, quanto mais baixa a classe social, menor a chance de mobilidade ascendente. Bem como a rigidez das classes, há também a rigidez de posição, mantendo a maioria dos entrevistados na mesma classe que seus pais.

Com relação ao gênero, os homens são mais propensos a se mover para cima do que as mulheres em situação semelhante, especialmente para aqueles que começam nas classes sociais mais baixas. As exigências sobre as mulheres para cumprir os papéis de gênero, em casa, assim como na vida profissional, complicam a carreira das mulheres, limitando a sua mobilidade ascendente. A educação influencia claramente a mobilidade social ascendente na Indonésia. Quanto maior o nível de escolaridade, maior a oportunidade de mobilidade social ascendente. A classe social paterna tem a maior influência sobre a classe do entrevistado, enquanto que a educação do entrevistado é a segunda variável forte.

Minha pesquisa qualitativa em Java rural apoia os resultados dos estudos quantitativos de que os indivíduos das classes mais baixas têm dificuldade para se deslocar para as classes médias ou superiores. No entanto, há algumas exceções interessantes em que as pessoas de classes mais baixas sobem para a classe média, mesmo sem escolaridade. Aqui estão três exemplos.

- Muitos indonésios optam por trabalhar no exterior, como trabalhadores migrantes, principalmente como empregadas domésticas (geralmente as mulheres) e em fábricas ou como trabalhadores na construção (principalmente os homens). As decisões para trabalhar como migrantes são impulsionadas principalmente pela falta de oportunidades de emprego para os indonésios menos educados. Além disso, os migrantes podem ganhar mais do que poderiam na Indonésia por um trabalho semelhante e muitos enviam remessas a parentes que vivem em aldeias. Com essas remessas, as famílias podem se mover para uma classe social mais elevada.

- Outro caminho é através da transmissão intergeracional de habilidades especiais. Uma comunidade em Garut (a oeste de Java) é famosa por produzir os melhores barbeiros masculinos de Java. Durante décadas, essa habilidade tem sido passada de uma geração para a seguinte. A maioria dos profissionais em cortar cabelo bem-sucedidos trabalha temporariamente fora do seu vilarejo em grandes cidades como Jacarta. Através de suas habilidades específicas como barbeiros, muitos alcançaram com sucesso maior status econômico e social para sua família.

- Em terceiro lugar, o empreendedorismo oferece um caminho alternativo para ascender na escala social. Na maioria das aldeias, há um pequeno número de empresários que geralmente começa como trabalhadores autônomos, mas depois passa a microempresários, e alguns até conseguem expandir seus negócios para as aldeias vizinhas. Eles normalmente trabalham em pequenas lojas, restaurantes ou comércios. Dependendo da localização, alguns desses empresários podem começar seu negócio com crédito do banco ou de programas do governo ou através de programas de responsabilidade social corporativa. Os empreendedores bem-sucedidos podem ser capazes de avançar para as classes sociais mais altas.

Novos estudos para explicar e superar a rigidez da estrutura de classes da Indonésia, em particular a falta de mobilidade ascendente para aqueles na parte inferior da escala de renda, estão em andamento. Espera-se que esses estudos abram a discussão sobre possíveis programas de governo e do setor privado para reduzir a desigualdade de oportunidades de mobilidade social. ■

Contato com Indera R. I. Pattinasarany
<indera.pattinasarany@ui.ac.id>

Referências

- Pattinasarany, I. R. I. (2012) *Intergenerational Vertical Social Mobility: Studies on Urban Society in the Province of West Java and East Java*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Políticas,, Universidade da Indonésia, Depok.
- World Bank (2014a) "Indonesia: Avoiding Trap." *Development Policy Review* 2014. Jakarta: The World Bank Office.
- World Bank (2014b) "Understanding Inequality." Booklet from *Big Ideas Conference*. Jakarta: World Bank Group, Setembro, 23, 2014.